

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE LETRAS

**Daniela Priscila da Silva**

**A QUEDA NO NÚMERO DE LEITORES NO BRASIL:  
uma análise da influência da mediação escolar, de fatores externos e das  
mudanças no consumo cultural**

Mariana, MG  
2025

**Daniela Priscila da Silva**

**A QUEDA NO NÚMERO DE LEITORES NO BRASIL:  
uma análise da influência da mediação escolar, de fatores externos e das  
mudanças no consumo cultural**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
ao curso de Letras da Universidade Federal de  
Ouro Preto como requisito parcial para a  
obtenção  
do título de Licenciada em Letras.

Prof.<sup>a</sup> Orientadora: Dr.<sup>a</sup> Iva Bernardino Soares

Mariana, MG  
2025

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586q Silva, Daniela Priscila da.

A queda no número de leitores no Brasil [manuscrito]: uma análise da influência da mediação escolar, de fatores externos e das mudanças no consumo cultural. / Daniela Priscila da Silva. - 2025.

58 f.

Orientadora: Profa. Dra. Ivanete Bernardino Soares.

Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto.

Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em Letras Português

1. Escritores e editores. 2. Mediação - Literatura. 3. Leitura - Estudo e ensino. 4. Cultura na literatura. I. Soares, Ivanete Bernardino. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 028.6

Bibliotecário(a) Responsável: ELIANE APOLINARIO VIEIRA AVELAR - CRB6/3044



## FOLHA DE APROVAÇÃO

Daniela Priscila da Silva

A queda no número de leitores no Brasil:  
uma análise da influência da mediação escolar, de fatores externos e das mudanças no consumo cultural

Monografia apresentada ao Curso de Letras-Português da Universidade Federal  
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Letras

Aprovada em 20 de agosto de 2025

### Membros da banca

Prof.a Dra. Iva Bernardino Soares - Orientadora (DELET-UFOP)  
Prof.a Dra. Rita Cristina Lages - (DELET-UFOP)  
Prof.a Ms. Ana Carolina Rosário Perricone - (SEEMG-PEB-Viçosa)

Iva Bernardino Soares, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 16 de outubro de 2025



Documento assinado eletronicamente por **Iva Bernardino Soares, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/11/2025, às 08:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1015603** e o código CRC **3BAADBED**.

## RESUMO

Este trabalho analisa o declínio do número de leitores no Brasil, explorando as perspectivas da mediação escolar, fatores externos como as políticas públicas, o trato da literatura nos documentos que regem a educação nacional e também sob as perspectivas das mudanças no consumo cultural. Este estudo se baseia, sobretudo, nos dados das 5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> edições da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*. E busca examinar a responsabilidade do poder público, da sociedade civil e da iniciativa privada — em especial o mercado editorial — na promoção da leitura, por meio de uma análise integrada entre dados estatísticos, marcos legais e dinâmicas culturais, permitindo uma compreensão crítica e multifatorial da queda do hábito de leitura no país. São discutidas questões como o acesso aos livros, a influência das tecnologias digitais e a necessidade de políticas eficazes para reverter o cenário atual de queda no número de leitores. O objetivo é propor reflexões e alternativas que contribuam para o fomento da leitura literária no país, tudo isso por reconhecer a importância da fruição da leitura literária para o exercício da cidadania e o desenvolvimento humano.

**Palavras-chave:** Leitura no Brasil; mediação escolar; mercado editorial; hábitos de leitura; políticas públicas; juventude e literatura; formação de leitores; consumo cultural.

## ABSTRACT

This study analyzes the decline in the number of readers in Brazil, exploring the role of school mediation, external factors such as public policies, the treatment of literature in documents governing national education, and changes in cultural consumption. The research is primarily based on data from the 5th and 6th editions of the “*Retratos da Leitura no Brasil*” survey. It aims to examine the responsibility of public authorities, civil society, and the private sector—particularly the publishing market—in promoting reading, through an integrated analysis of statistical data, legal frameworks, and cultural dynamics. This approach allows for a critical and multifaceted understanding of the decreasing reading habits in the country. Issues such as access to books, the influence of digital technologies, and the need for effective policies to reverse the current decline in readership are discussed. The study ultimately seeks to offer reflections and alternatives to foster literary reading in Brazil, recognizing its importance for citizenship and human development.

## SUMÁRIO

Introdução .....	5
Análises de dados e conceitos pertinentes neste trabalho .....	6
Capítulo 1: O poder público e a promoção da leitura na escola .....	14
1.1 Queda progressiva da leitura: dados e implicações educacionais .....	16
1.2 Ações do Estado e descontinuidade das políticas de leitura .....	17
1.3 O currículo nacional e a marginalização da literatura .....	20
1.4 A leitura literária como direito e instrumento de emancipação .....	22
Capítulo 2: Fatores externos que influenciam os índices da leitura literária no Brasil ...	26
2.1 A formação de leitores e sua natureza de comunhão .....	27
2.2 Desafios do acesso à literatura e limitações das pesquisas sobre leitura ....	27
Capítulo 3: Dados do consumo de livros e breve apontamento sobre o papel da leitura para a juventude brasileira .....	31
3.1 A juventude como público leitor e alvo do mercado editorial brasileiro ...	32
3.2 O mercado editorial e sua distância da mediação da leitura e formação de leitores .....	36
3.3 A publicidade literária e seu deslocamento das vias tradicionais de propagandas .....	40
3.4 As mudanças na forma que se consome cultura no Brasil e seu impacto na leitura literária .....	44
3.5 A crescente abrangência no universo digital da literatura literária e as perspectivas da educação nesse processo .....	47
3.6 É preciso nos situarmos nessa discussão em justa medida para lidarmos com as novidades do universo digital .....	49
Considerações finais .....	52
Referências bibliográficas .....	56

## **Introdução**

No ano de 2022, sendo estudante do curso de Letras da UFOP, com forte apego à literatura, interessada nos processos de distribuição de livros e em estratégias de fomento à leitura, dediquei-me a um estudo que durou cerca de um ano e que incluía uma série de entrevistas com autores, editores, distribuidores, vendedores, agentes literários e leitores<sup>1</sup>.

O objetivo, na época, era investigar as necessidades do mercado editorial, visando à criação de uma pequena empresa que atendesse à demanda mais emergente do mercado mapeada. No decorrer da investigação, percebi uma constância de queixas por parte dos entrevistados — agentes de produção no mercado de livro — relacionadas ao fato de que a sociedade brasileira não é uma sociedade leitora, o que inviabiliza grandes investimentos, pelo menos em empreendimentos independentes, foco de nosso interesse, e/ou profissionais que buscavam formas de crescer, apesar de não possuírem vínculos com grandes editoras.

Além disso, a análise das entrevistas realizadas com leitores durante a pesquisa indicou uma predominância do segmento juvenil entre os leitores ativos de textos literários. Sendo, ao mesmo tempo, um segmento importante na composição da educação básica. Embora haja um consenso contrário, que afirma que as crianças seriam o segmento mais engajado com a leitura literária e, depois, os adultos. Numa perspectiva em que os adolescentes seriam o elo frágil dessa cadeia, pois a adolescência seria a fase em que os interesses são mais fluidos e engajados, nessa geração, com outras mídias, como as tecnológicas. Ainda assim, de modo geral, na minha experiência, tanto como pesquisadora do tema quanto como leitora, firmava-se uma concepção de que são os adolescentes que vêm demonstrando interesse em conhecer detalhes sobre os autores das obras que estão lendo, que pedem indicações e se dispõem a discutir o “pós-leitura”; eles seriam os mais interessados em leitura literária.

Sabendo disso e percebendo ser impossível criar uma pequena empresa que fosse uma opção para o real confronto ao principal gargalo, sendo ele o baixo número de leitores, optamos por desenvolver algo que suprisse outras demandas menores dos agentes citados na cadeia de suprimentos, como desenvolver melhorias na execução de cada etapa de trabalho e centralizar o acesso a todas as categorias de profissionais necessárias para a existência de um livro em um ambiente virtual. Enquanto isso, em paralelo, me aliei aos estudos acerca do tema; em busca de dados. Nessa busca, me deparei com números alarmantes, como o que mostra que 53% da população brasileira não pode ser considerada leitora, segundo a 6ª edição

---

<sup>1</sup> A presente pesquisa foi desenvolvida no âmbito do programa Academic Working Capital (AWC) do Instituto TIM, uma iniciativa de educação empreendedora que oferece suporte a estudantes universitários no desenvolvimento de projetos inovadores a partir de seus Trabalhos de Conclusão de Curso.

da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, e que a média de livros lidos por ano é de apenas 2,4 por pessoa, sendo que apenas 1,34 livro foi lido por vontade própria, longe das obrigações escolares ou profissionais. Além disso, a pesquisa aponta que 26% dos brasileiros nunca compraram um livro e que 75% da população nunca frequentou uma biblioteca, o que evidencia a falta de acesso e o distanciamento de grande parte da sociedade em relação ao universo literário. (Instituto pró- livro, 2024, p. 15, 24, 25, 114, 119).

Diante dos relatos dos agentes do mercado editorial, dos dados levantados por pesquisas de natureza qualitativa e quantitativa, motivei-me a realizar o trabalho de conclusão de curso na licenciatura em Letras, buscando compreender o papel de três principais esferas - a sociedade civil, a iniciativa privada e o poder público - na promoção de hábitos de leitura e no painel atual de índices de leitores no país.

Como dito, as principais fontes de estudo e coleta de dados são as 5<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> edições da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, publicadas em 2020 e 2024 respectivamente, e em especial, o livro de análise de dados da 5<sup>a</sup> edição, organizado pela Zoara Failla, por intermédio do Instituto Pró-livro, responsável pela pesquisa. Considerei, para todo o fim, a ponderação realista e bastante concisa do especialista Eduardo Saron, diretor do Itaú Cultural que dispõe, no capítulo nomeado: *Leitura; uma questão de política pública*, que “é necessário reforçar o Plano Nacional do Livro e da Leitura, entender e superar as dificuldades que há no atingimento de suas metas de fomento do ato de ler e de solidificação da sua economia. Essas questões devem ser assumidas pela sociedade civil, pela iniciativa privada e pelo poder público.” (Failla, 2021 p. 11) Este é, portanto, o cerne da nossa questão, uma vez que entendemos esses três agentes citados como sendo os núcleos capazes de estabilizar a queda e controlá-la, se operarem para esse fim de forma consciente, efetiva e conjunta.

Por isso, o objetivo deste trabalho gira em torno da reflexão sobre cada um desses agentes — sociedade civil, a iniciativa privada e o poder público — atentos às funções exercidas e cabíveis de cada um enquanto instituições sociais. A ideia é também destacar a responsabilidade dessas instituições nos resultados da queda no número de leitores expostos nas últimas edições da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*. Desse modo, buscamos contribuir para sinalizar possíveis alternativas para contornar esse declínio dos hábitos de leitura no país, que se reflete em inúmeros outros problemas estruturais da sociedade brasileira.

### **Análises de dados e conceitos pertinentes neste trabalho**

Ao compreendermos os resultados da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (5<sup>a</sup> edição, 2020), promovida pelo Instituto Pró-Livro e com metodologia do IBGE, que entrevistou uma amostra de 8.076 pessoas em 208 municípios do país, (Failla, 2021, p. 44)

que além da exposição dos índices que condicionam o país a um momento delicado quanto a leitura.

Gerou-se também em 2021, a publicação de um livro de natureza teórica, contendo uma série de análises dos dados, feitas por grandes especialistas no tema. Nas análises dos dados coletados, aliás, os especialistas reiteram muitos argumentos e relatos feitos pelos sujeitos entrevistados no decurso de minha investigação anterior. Como quando, diante dos dados, a socióloga e coordenadora do Instituto Pró-Livro, Zoara Failla, afirma que: “estamos longe de ser essa nação leitora”, posição que neste ponto fica justificada pelos índices coletados, principalmente no que se refere às quedas no número de leitores. O estudo em sua 5<sup>a</sup> edição revelou que 48% dos brasileiros seriam não leitores (tomando por leitor aquele que leu um livro ou parte dele nos últimos três meses) (Instituto pró-livro, 2020, p. 20).

Em novembro de 2024, foram lançados os resultados da 6<sup>a</sup> edição da mesma pesquisa, que trouxe uma constatação inédita e preocupante: o número de não leitores no país agora supera o de leitores sendo esse 53% em 2024 (Instituto pró-livro, 2024, p. 15). Esse dado não havia sido registrado nas cinco edições anteriores. Nota-se, ao decorrer das edições da pesquisa que, em 2007, 55% da população representada pela amostra se declarava leitora. Já em 2011, 50% da amostra total se identificava como leitora, mantendo uma divisão equilibrada entre leitores e não leitores. Em 2015, houve um aumento de leitores, com 56% da amostra se declarando leitora. Mas, em 2019, eram 52% leitores, configurando, dessa maneira, o declínio exposto em 2024, quando a pesquisa apontou apenas 47% de leitores, como progressivo (Instituto pró-livro, 2024, p. 15).

Embora o novo dado traga uma certa mudança nos rumos dos estudos na área que se propõe a essas investigações, como dito, a queda era pressuposta por vários fatores, como o fim de diversas políticas públicas de incentivo à leitura e também como consequência da pandemia de COVID-19, que foi fortemente desastrosa para vários setores ao redor do globo, com impactos relevantes nas esferas de produções artísticas, culturais e educacionais.

Vale inteirá-los de que, embora estejamos trabalhando com os dados da 6<sup>a</sup> edição, na ausência da publicação de análises desses números por parte do Instituto Pró-Livro, no momento desta escrita, nos ateremos a algumas análises feitas no livro da 5<sup>a</sup> edição, sendo então abordados os dados das duas últimas edições como atuais, mantendo suas devidas indicações de edição e ano. Levantando nossas questões de maneira consciente do grau de mudança promovida pela diferença de dados das duas edições da pesquisa. Contudo, é categórico afirmar que o caminho segue o mesmo (de queda); porém, no cenário exposto pela 6<sup>a</sup> edição, ainda mais difícil e desafiador.

Como o objetivo neste texto não é o debate acerca de definições, mas atentos à importância delas, buscaremos alinhar brevemente que termos como: *literatura*, *livro*, *leitura literária*, *texto* e *leitor*; utilizados de maneira recorrente nesta produção, para nós, por vezes se distanciam de algumas ideias constantemente elencadas no senso comum.

Na tentativa de demonstrar, por exemplo, como vemos a literatura e sua função social iniciaremos expondo que no nosso entendimento é errônea a perspectiva de que a literatura é semelhante à erudição. Isso porque, para nós, a erudição, ligada à vastidão e variedade de conhecimentos e saberes inexiste sem a literatura no mundo atual, no entanto, a literatura nasce enquanto produção, se desenvolve enquanto produto circulante e leitura literária, sem depender da concepção de erudito nem por parte do leitor, nem por parte do autor, ou outros presentes nesse processo. Sendo perceptível que a literatura é o que é de forma independente da erudição, mas essa por outro lado, não se porta da mesma forma em relação à literatura. Isto é importante para este estudo uma vez que ele trata da leitura no cenário nacional; considerando todas as classes sociais, faixas etárias, etnias, por exemplo, e porque sabemos que diante de um senso comum a literatura seria algo pertencente a uma camada social distinta, que a coloca oportunamente neste lugar de acessório a um comportamento inalcançável a alguns (o de erudito). Enquanto que nossa defesa se constitui da premissa de que a literatura é fruto e se concebe em todas as camadas das mais variadas noções e composições de sociedade de inúmeros modos. Interrompendo o empenho de dizer o que a literatura não é, nós defenderemos como literatura o conceito tecido por Antonio Cândido em “O direito à literatura” (2011) que diz:

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. (Cândido, 2011, p. 176)

Dessa maneira, para que os termos deste trabalho sejam interpretados de forma clara e em contexto como um todo, vale esclarecer que, mesmo elegendo algumas definições e conceitos, não desconsideramos estudos que propõem outras abordagens, visto que cada um contempla uma face do fenômeno cultural e social estudado. Sendo necessária uma abordagem menos rígida, bem como certo foco no contexto da pesquisa citada e deste texto. Sendo inclusive explicados em alguns momentos ao longo do texto como, por exemplo, quando se discute quais sujeitos a pesquisa *Retratos da Leitura* considera “leitores de livros de literatura” em seu questionário para a coleta de dados.

Veja o que ocorre nesses sentidos, quando de início, já oportunamente considerando como ideal o conceito de leitor-fruidor, defendido por Soares como “um sujeito que seja capaz de se implicar na leitura dos textos, de ‘desvendar’ suas múltiplas camadas de sentido,

de responder às suas demandas e de firmar pactos de leitura” (Soares, 2023, p. 17).

Percebemos que, aos que almejam que a literatura alcance todos com equidade, pode-se pensar que caberia ser a definição de apenas: leitor. Em paralelo, com as definições como a utilizada na pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil 6<sup>a</sup> edição*, que tem por leitor aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro de qualquer gênero, impresso ou digital, nos últimos três meses, definição essa, que possivelmente se justifica pelo interesse da pesquisa em colher dados quantitativos.

Assim, pode-se perceber que as duas definições são distantes uma da outra e servem a métodos de pesquisas diferentes. Entretanto, como aqui a finalidade é tratar do tema de maneira principalmente descentralizante, faz-se indispensável considerarmos contextos e tanto os dados quantitativos quanto os estudos teóricos, que muitas vezes desenvolvem o conceito de leitor entre outros, mais profundamente.

É importante essa compreensão em sua totalidade, porque as várias formas de definição que termos como “literatura” e “leitor” podem ter, trazem à tona, em escalas, agentes distintos, e omitem outros, justamente por não abrangerem e considerarem suas funções em meio à sistemática da formação do leitor e no fomento da leitura literária.

Uma amostra disso é a premissa que coloca o setor público, em especial a educação básica, como parte fundamental nessa discussão, uma vez que atribuímos a ela o desenvolvimento de certas “competências” aos sujeitos sociais, como as presentes dentro do conceito de leitor-fruidor exposto (que aqui defendemos como a definição ideal de leitor). Bom, se acreditamos que a educação básica é quem deve promover essa possibilidade aos cidadãos, por essa razão, consequentemente, também atribuímos à escola parte nos resultados quantitativos que temos.

Em decorrência, é imprescindível dizer também que, das instituições apontadas aqui como agentes fundamentais na promoção de hábitos leitores (sociedade civil, iniciativa privada e poder público), consideramos o poder público o agente mais influente, uma vez que a Constituição Federal de 1988 dispõe, no artigo 205 que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, art. 205).

Dessa forma, temos que a escola e os outros citados não só têm a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento intelectual, emocional, físico e social do indivíduo, mas também de formar cidadãos críticos e conscientes, capazes de participar ativamente da vida em sociedade. Nesse contexto, a formação do leitor-fruidor (ou leitor ideal) não é apenas uma questão de desenvolvimento do mero hábito de ler livros, mas uma ferramenta essencial para o exercício da cidadania, já que a capacidade de interpretar textos e refletir sobre seus

significados está diretamente ligada à autonomia e ao pensamento crítico. Sendo a leitura literária um mecanismo essencial que deve ser explorado pela educação como tal.

Podemos destacar que a ideia de que a literatura funciona como uma ferramenta essencial para o exercício da cidadania é evidente ainda em Cândido, quando o autor diz que:

Vista deste modo a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contacto com alguma espécie de fabulação... Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado. O sonho assegura durante o sono a presença indispensável deste universo, independentemente da nossa vontade. E durante a vigília a criação ficcional ou poética, que é a mola da literatura em todos os seus níveis e modalidades, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito, como anedota, causo, história em quadrinhos, noticiário policial, canção popular, moda de viola, samba carnavalesco. Ela se manifesta desde o devaneio amoroso ou econômico no ônibus até a atenção fixada na novela de televisão ou na leitura seguida de um romance. Ora, se ninguém pode passar vinte e quatro horas sem mergulhar no universo da ficção e da poesia, a literatura concebida no sentido amplo a que me referi parece corresponder a uma necessidade universal, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito (Cândido, 2011, p. 176).

Assim sendo, a literatura e a construção social humana (incluindo a nossa sociedade) se relacionam de maneira tão intrínseca que não há meios de não falar de literatura quando se fala de construção social ou exercício da cidadania, e vice-versa. Não só pelos conceitos de sociedade e cidadania serem desenvolvidos também através das produções literárias, mas ainda pelas próprias concepções do que são uma coisa e outra ao longo da história, esses assuntos assumirão novos destaques e serão mais explorados adiante.

Considerando ainda o princípio constitucional e a proposta de identificar e analisar as atribuições das instituições na promoção de hábitos de leitura, entendemos que, por mais que a responsabilização da escola na situação de queda atual no número de leitores seja um movimento com base na Constituição Federal como vimos, ainda assim observamos que a falha no fomento da leitura e na formação de leitores não está relacionada apenas à aprendizagem de um indivíduo e às incumbências da educação básica, já que o texto faz menção também a outros agentes.

Por outro lado, na busca por compreender o lugar desses agentes, vemos que, colaborando também para evidenciar o esforço da educação nacional, a pesquisa *Retratos da Leitura* de 2020 trouxe uma boa perspectiva ao apontar os adolescentes; ou seja, pessoas de 11 a 17 anos, — portanto frequentadores das escolas — como a maioria leitora. Com base nos dados da 5<sup>a</sup> edição da pesquisa, considerando o percentual de leitores e a população nacional estimada com mais de 5 anos, pode-se estimar que havia cerca de 81 milhões de leitores na faixa dos 11 aos 13 anos e 67 milhões entre 14 e 17 anos, fazendo desses segmentos os mais leitores no país (Instituto Pró-livro, 2020, p. 60).

O estudo também buscou identificar os principais agentes influenciadores da leitura. Em 2020, na 5<sup>a</sup> edição, os professores apareciam como os maiores incentivadores da leitura literária. Citados por 11% dos leitores, seguidos pela mãe (ou outro parente do sexo feminino), com 8%, e pelo pai (ou outro parente do sexo masculino), com 4%. Figuras como padres, pastores e influenciadores digitais também foram mencionadas, mas com menor expressão (Instituto pró- livro, 2020, p. 71). Já na 6<sup>a</sup> edição, as mães ou parentes do sexo feminino foram as mais citadas antes mesmo dos professores (Instituto Pró-livro, 2024, p. 66).

Esse encadeamento de influências nos ajuda a compreender a forma como se dá o fomento à leitura e à formação de leitores no Brasil. Justamente porque, enquanto evidencia agentes como a escola e a família, ainda serve como sinalização da real participação de outros agentes, como os líderes religiosos e os influenciadores digitais. Sendo especialmente os influenciadores digitais foco de um interesse maior deste estudo, e por isso detalharemos as implicações da categoria mais à frente. Apesar de tudo, a revelação dos diversos agentes de influência nos hábitos de leitura e a constatação de que a maioria no número de leitores são adolescentes, demonstram que estamos diante também de acertos sociais, e evidenciam o trabalho e a atuação de algumas instituições, assim como a ausência ou deficiência em outras.

Dessa maneira, observamos que “as falhas” devem ser atribuídas também aos outros agentes citados pelo artigo da Constituição, mesmo que em segundo plano, como a família e sociedade (sem excluir a iniciativa privada), agentes que estão expressos também na fala do especialista Eduardo Saron, que dispomos como central no nosso estudo: “Essas questões devem ser assumidas pela sociedade civil, pela iniciativa privada e pelo poder público” (Failla, 2021 p. 11). Pois, por mais que as questões, no nosso entendimento, sejam distintas das mencionadas pelo especialista, os agentes listados por ele continuam sendo os mesmos que devem ser explorados nestas novas construções.

Em relação ao primeiro dos agentes apontados, o poder público, compreendemos que, quando a educação básica emerge como uma das principais responsáveis por incentivar a leitura literária no Brasil, estamos diante de algo positivo e animador, tendo em vista as dificuldades materiais que a instituição escolar enfrenta, e em especial, a área de humanidades e suas literaturas. Não se pode questionar que o cenário fragilizado dos hábitos de leitura no país é reflexo de um contexto, sobretudo de baixo investimento de recursos públicos, que obviamente, deixa de contribuir para o desenvolvimento da sociedade em vários aspectos, não só ao que se refere à leitura.

Ainda deve-se considerar o papel do “poder público”, discutido por Eduardo Saron, consolidando o objetivo de apontar outros agentes que interferem no comportamento leitor de uma sociedade, refletindo sobre sua parcela de responsabilidade.

Em nível federal, há exemplos que ilustram tanto avanços quanto retrocessos no fomento à leitura, sendo a regressão aparentemente mais recorrente. Por um lado, medidas como a isenção de taxas para livros e a distribuição de obras literárias por meio do PNLD (Plano Nacional do Livro e do Material Didático) demonstram algum compromisso com a democratização do acesso à leitura. O termo “algum” aqui é usado justamente por ser necessário discutir assuntos como a real abrangência dos livros literários no programa, já que o foco continua sendo os livros didáticos, como abordaremos mais adiante. Essa situação nos leva a outra questão importante: o uso da literatura como ferramenta para outras práticas pedagógicas que se distanciam da leitura como prática cultural viva, na forma como é geralmente didatizada nos materiais didáticos, assunto que também abordaremos adiante. Somando a isso, o enfraquecimento de programas como o PNLL (Plano Nacional do Livro e Leitura), mencionado também por Saron, e ainda os cortes orçamentários na área da cultura e educação revelam desafios persistentes que precisam ser superados. Vale dizer que o PNLL era justamente o plano que se propunha a distribuir livros literários para o desenvolvimento da leitura em suas funções e usos da literatura, missão atual do PNLD-literário.

Esses acontecimentos se somam às evidências de que a formação de leitores e o incentivo à leitura são responsabilidades que vão além da escola e de seu trabalho diário, de forma que a escola carece de aliados nas demais esferas públicas, aparentemente menos comprometidas com a pauta, para que alcance efetividade na formação de leitores e no fomento à leitura.

Nesse entendimento, a oposição a abordagens que atribuem “toda a culpa” à educação é indispensável. Justamente porque, por meio do esclarecimento da participação de outros agentes, se possibilita a desmistificação de estereótipos e visões negativas, frutos de preconceitos, que se formam muitas vezes não levando em conta, nem o panorama real de como opera a educação, nem sua evolução histórica ou o seu plano de fundo, que a mescla incessantemente com interesses ideopolíticos, sendo essa desmistificação o primeiro passo para a promoção da tomada de consciência, que é um dos objetivos deste trabalho. A ênfase nesse objetivo se justifica porque somente essa clareza poderá explicitar a complexidade do problema e a necessidade de ações integradas.

Mesmo salientando que a educação no Brasil não se dá de forma homogênea, e conscientes de que há espalhadas pelo país comunidades inteiras de crianças sendo educadas com recursos escassos de diversas ordens e em contextos extremos (o que torna a preocupação acerca da literatura quase utópica), ainda assim, faz-se necessário instituir a defesa da visão não automaticamente depreciativa da educação básica, uma vez que a história da educação brasileira e o trabalho da educação básica atuante são de resistência e resiliência; tendo em vista que ela vem operando com distância colossal do investimento considerado ideal

pela quantidade de sua população ao longo do tempo. É então, além de um ato compassivo, sem dúvidas, o mais consciente tanto por demonstrar um grau de consciência do trabalho desenvolvido pelo setor e suas dificuldades, quanto por dar vazão ao caminho de mudança dos pensamentos.

Dentro do nosso percurso de explicitar o papel de cada agente, ainda é imprescindível evidenciar as implicações da sociedade civil nesta discussão, pois ela está presente juntamente com o Estado e/ou da educação também no artigo constitucional que analisamos. Uma vez que não devemos desconsiderar, do texto constitucional, a participação da família nem esvaziar a própria noção de sociedade, o que inclui a iniciativa privada como parte de sua composição. Considerando, assim, o artigo 205 da Constituição Federal como uma evidência que sustenta a ideia de que a queda dos números referentes ao comportamento leitor do brasileiro é uma responsabilidade compartilhada entre os agentes, mesmo dentro de suas particularidades, uma vez que o dever da educação (entre outros setores relacionados com a literatura) lhes é compartilhado. Portanto, o problema da queda da leitura no Brasil é algo multifacetado, evidentemente estrutural, e intrínseco a certo funcionamento estabilizado do Estado e dos aparelhos ideológicos que o sustentam.

Com o entendimento de que, se não superado, esse problema ele afetará de forma mais dilaceradora a sociedade brasileira futura, uma vez que não aponta mudança positiva, se faz necessário passar por essas reflexões sobre o trato do poder público em relação à leitura, atentos às leis, aos diversos órgãos, e à sua interferência no campo da educação.

Dante disso, torna-se pertinente partilhar a constatação de Bajard, de 2002, ou seja, a mais de duas décadas, que desde então frisa:

Voluntarismo e boas intenções não substituem a vontade política e responsabilidade pública. O Brasil já amadureceu em pesquisas, teorias e experiências o suficiente para organizar-se de forma articulada e alcançar uma política nacional de leitura que, de fato, permita a participação sociocultural ampla. (Bajard, 2002, *Apud* IBGE, 2020, p. 68).

Essas reflexões são necessárias para entendermos que mesmo com todas as considerações a serem feitas, não se pode, em nenhuma instância, deixar de retornar os apontamentos ao poder público como um todo. Não negando as responsabilidades da escola, parte integrante dessa categoria, mas ainda fazendo as reflexões cientes de que a instituição “tem tirado leite de pedra” por passar por um sucateamento visível e desanimador, causado pelo desleixo do próprio poder público. Ainda atentos às outras categorias que compõem esse “poder”, uma vez que ele é e deve ser lembrado como o primeiro agente responsável pelo retrato atual da leitura no Brasil e também pela estabilização da queda e posterior crescimento do número de leitores no país. Sendo todos os outros agentes secundários na discussão, passando ainda a compreendermos, que nessa posição secundária há com certeza extrema

importância.

No entanto, devemos, como já apontado, reforçar os demais agentes responsáveis pelas práticas de leitura no país, como a sociedade civil em geral - incluindo núcleos familiares e culturais - e as instituições privadas. Neste último caso, consideramos, sobretudo, o setor editorial, que influencia não só com “ações reflexas”, mas que possui responsabilidade consciente nas mudanças de consumo cultural da literatura; que acabam por reverberar em todas as camadas da sociedade e devem ser vinculadas aos resultados obtidos. Ignorar que o mercado editorial, com sua ótica que define suas manobras de posicionamento (prioridades, demandas, estratégias, modelos de negócios e tudo o mais), é ignorar uma engrenagem grande, importante e forte demais para o funcionamento do sistema de leitura ao qual nos dispomos a analisar.

Partindo dessa reflexão inicial e do apontamento das linhas de frente que pretendemos nos dedicar neste estudo, a proposta agora é investir um olhar aprofundado sobre cada um desses agentes constatados, com a finalidade de buscar compreender o impacto de sua participação tanto na formação de leitores, nos modos de mediação da leitura literária e, consequentemente, nos índices de leitura no país.

# **CAPÍTULO I**

## **O PODER PÚBLICO E A PROMOÇÃO DA LEITURA NA ESCOLA**

## **1.1 Queda progressiva da leitura: dados e implicações educacionais**

O estudo do Instituto Pró-Livro aponta não só que os adolescentes são a maioria leitora no Brasil hoje, mas também que o número de leitores cai com o avanço da idade, posto que expõe a queda progressiva de leitores nas faixas etárias subsequentes.

O hábito de ler livros, como mostram os dados a seguir, não é homogêneo em todas as faixas etárias: a maior proporção de leitores de livros é encontrada nas faixas das crianças de 5 a 10 anos (71%) e dos adolescentes entre 11 e 13 anos (81%) e entre 14 e 17 anos (67%), período em que a grande maioria está na escola; à medida que a idade avança, decresce a proporção de leitores, com não leitores superando a proporção de leitores a partir dos 40 anos (Lima, 2021 p. 60).

Isso diz muito sobre o papel da educação básica na formação e consolidação de leitores, mas também na ineficiência em promover a sustentabilidade desse hábito nesses mesmos sujeitos, já que esses alunos acabam abandonando a prática da leitura tão logo se distanciam do condicionamento escolar. Por isso, nos dedicaremos agora a entender como se dá a participação dessa instituição nesse trabalho. Para começar, deve-se ressaltar que como vimos a queda se inicia já no final do processo de escolarização formal, já que o número de leitores de 11 a 13 anos é maior do que os da faixa etária de 14 a 17 anos. Sobre essa fase, Zoara Failla levanta o questionamento:

A revelação de que quase a metade das crianças gosta muito de ler traz esperança e inquietação: por que a partir dos 18 anos o percentual de quem não gosta de ler aumenta de forma acentuada, passando de 3% a 20%! O que estamos deixando de fazer ou onde estamos errando, em especial quando esses jovens concluem o Fundamental II e chegam ao Ensino Médio? (Failla, 2021, p. 31)

E o próprio estudo propõe uma hipótese de investigação importante:

Estariam os conteúdos e as dinâmicas escolares – especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental – desconectados do uso social da língua portuguesa e da matemática a ponto de limitar as possibilidades de que boa parte dos estudantes avancem e consolide as habilidades de alfabetismo, estabelecendo-se assim desigualdades de aprendizado que marcarão suas trajetórias de vida? (Lima, 2021, p. 63).

Com estes questionamentos, estabelece-se nas análises algo de suma importância para o enfrentamento do problema debatido; que o poder público, principalmente a educação básica, é o domo principal para reverter a situação. A questão que se trata é a de desvendar como assegurar que passada a etapa de alfabetização, a educação, consiga, primeiramente, a “consolidação do letramento e do numeramento, de maneira transversal a todas as disciplinas e áreas do conhecimento” (Lima, 2021, p. 63).

Para, assim, certificar-se de que, com a saída do estudante da educação básica ele possua o domínio dessas habilidades para que, dessa maneira, se possibilitem as experiências literárias mais vívidas e complexas em diversas modalidades o que, por fim, resultaria em um cenário no qual a leitura literária fizesse parte do sujeito e da sociedade em que este se insere.

## **1.2 Ações do Estado e descontinuidade das políticas de leitura**

A fim de principiar o conjunto de condições, contextos e características nos panoramas escolares que essa abordagem requer, iniciaremos com um breve estudo das atribuições do poder público para promover práticas de letramento, passando por suas leis e pelos documentos oficiais que regem a educação. A ênfase na legislação vigente e no caminho percorrido ao longo dos anos pelas políticas públicas, será abordada justamente por acreditarmos que são nesses espaços que a escola e o Estado dialogam sobre a leitura literária e que definem os rumos da formação de leitores e da mediação da leitura literária na educação básica.

Nessa passagem relembramos que em “*A importância do ato de ler*”, Paulo Freire afirma: “a aprendizagem da leitura e a alfabetização são atos de educação, e educação é um ato fundamentalmente político.” (Freire, 1989, p. 7) Essa citação é trazida aqui com o intuito de que motivados por suas palavras, possamos fundamentar pensamentos mais críticos, tanto sobre os agentes responsáveis por essas incubências quanto sobre os que alfabetizam e instruem nossos cidadãos. Consideramos, assim, toda a esfera pública, com especial atenção ao Ministério da Cultura, ao Ministério da Educação e à educação básica. — ou seja, às instituições que nos conduzem a certos resultados, como o retrato atual da leitura.

No histórico das políticas públicas relacionadas à leitura de livros literários, como já ressaltado, observa-se que o percurso foi marcado por interrupções desmedidas nas ações e programas que foram implementadas ao longo dos anos.

A Fundação Biblioteca Nacional ou a FBN é a mais antiga instituição cultural do Brasil, criada com a transferência da família real portuguesa para o país. Ela permanece atuante e é responsável por programas como o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, criado para promover a implantação e modernização desses acervos no país na década de 1980, algo importantíssimo para o meio literário e acadêmico no país. Também vinculada à FBN está o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), cujo objetivo é fomentar a leitura e formar mediadores; o programa destaca-se pela relevância do seu trabalho em grandes comunidades urbanas e resiste desde 1992. Contudo, foi com a Lei nº 10.753, de 2003, que se estabeleceram diretrizes para a política do livro no Brasil, incluindo a isenção de impostos para livros, a regulamentação do preço fixo do livro e o incentivo à produção e distribuição de obras literárias que se observou uma proposta suficientemente abrangente para validar a centelha da intenção em valorizar a leitura literária. Assim, suas medidas seguem sendo um dos pilares das políticas públicas para o livro no país.

Em 2006, foi criado o Plano Nacional do Livro e Leitura, o (PNLL), que adotou uma abordagem integrada, articulando ações entre diferentes áreas, como a cultura, a educação, o desenvolvimento social e a economia. Essa visão abrangente reconhecia a leitura como um direito fundamental e um fator essencial para o desenvolvimento humano e social. O plano foi criado com o objetivo de promover o acesso ao livro literário, especialmente para a população mais vulnerável e também contribuiu com suas ações estratégicas, como a criação de bibliotecas públicas, a distribuição de livros e o incentivo à leitura em espaços não formais voltadas à democratização do acesso à cultura escrita e à formação de leitores no país. O PNLL priorizava a formação de leitores desde a primeira infância, com ações voltadas para a promoção da leitura em família e na escola. A formação de mediadores da leitura também era um eixo importante do plano, que ainda valorizava a diversidade cultural culminando em ações como a criação de programas de incentivo à leitura em diferentes línguas e a valorização das culturas regionais. Além disso, o plano buscava articular ações entre os diferentes níveis de governança (federal, estadual e municipal) e se dava com forte participação da sociedade civil, como por exemplo na criação de fóruns e conselhos de leitura. No entanto, sua implementação enfrentou desafios, como a falta de recursos, a descontinuidade de ações e a necessidade de maior articulação entre os entes federativos, esses obstáculos todos minaram o potencial do PNLL.

O caso do plano serve de alerta para a importância das políticas de Estado, que transcendem governos, possuem caráter contínuo e estrutural, e visam ao bem-estar da sociedade a longo prazo. Além disso, são protegidas por leis, o que as tornam estáveis o suficiente para receberem atenção, incentivos e investimentos de maneira mais comprometida. O caso alerta também sobre o outro lado da moeda, ao mostrar a fragilidade das políticas de governo que são diretrizes e ações específicas de uma administração, com prazo de validade limitado ao mandato desse governante e podem ser alteradas ou descontinuadas por governos subsequentes.

Vejamos que desde o surgimento do PNLL, já se almejava sua continuidade. No entanto, por não ter sido resguardado por lei, ele acabou se tornando excessivamente dependente do querer de cada governo. Assim, durante o governo de Jair Bolsonaro, houve a descontinuidade do Conselho Consultivo do plano e a participação da sociedade civil foi limitada, o que afetou diretamente sua existência. Além disso, houve uma série de ações e omissões que contribuíram para enfraquecê-lo ainda mais, já que, nesse período, se observou um enfraquecimento geral das políticas culturais e as prioridades governamentais não incluíam a promoção do livro e da leitura.

Mas o PNLL não é mitigado abruptamente, embora seja evidente sua “destituição”, ele passa por um processo de transformação e adaptação ao longo do tempo, até sua “suspenção”. No ano de 2018, o plano já havia servido de base para a elaboração da Política Nacional de Leitura e Escrita, a (PNLE), instituída com a Lei nº 13.696/2018, conhecida como Lei Castilho, que estabelece metas decenais e mecanismos de financiamento. Seu teor engloba também iniciativas de incentivo à escrita, entre outras iniciativas mais pontuais. Vale lembrarmos que sua criação se deu mediante forte envolvimento de todos agentes que compõem nossa discussão, como traz Maria Mary Ferreira e Carlos Wellington Martins no artigo intitulado: *Políticas Públicas de Bibliotecas, Leitura e Escrita no Brasil: desmobilização e resistência em tempos sombrios*. Publicado pela revista *Políticas Públicas*, volume 26, da Universidade Federal do Maranhão.

Fruto da mediação entre a sociedade civil, movimentos sociais, partidos políticos e poder público, institui a Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil. Em seu parágrafo único consta: A Política Nacional de Leitura e Escrita será implementada pela União, por intermédio do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e com a participação da sociedade civil e de instituições privadas. (Ferreira; Martins, 2022, p. 552).

Há também o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), que existe desde 1985, que era focado inicialmente na distribuição de livros didáticos, mas se expandiu em 2018 (como vimos, ano determinante para o PNLL) quando houve a incorporação da premissa do PNLL, de forma que o PNLD passou a incluir livros literários, sendo essa a origem do PNLD Literário. Mas ampliando as discussões acerca dos desmontes, o programa também acaba soando como uma resposta tardia à extinção, em 2014 durante o governo Dilma Rousseff, do PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola), que tinha um papel fundamental na promoção da leitura e na formação de leitores. Por sua vez, o programa PNBE era exclusivamente dedicado à distribuição de acervos literários e sua extinção representou um retrocesso voraz, já que o PNLD Literário, apesar de importante em sua atuação, não conseguiu suprir completamente a lacuna deixada agravando-se ainda mais com a desfiguração do PNLL.

Quanto a essa onda de desincentivos à leitura literária, podemos destacar que o resultado foi a redução drástica no número de leitores a qual estamos tratando neste estudo. Para melhor compreensão desta afirmação, valemo-nos das palavras de Ferreira e Martins no mesmo artigo citado anteriormente, que expõe como se deu o desmonte, e veta a atribuição dele às forças do acaso, ao abordar o plano de fundo de tais ações:

Os dados levantados no período de 2015-2018, quando se inicia o desmonte das políticas públicas no Brasil, refletem no fechamento de bibliotecas e livrarias no

corte dos orçamentos para compra de livros para as bibliotecas públicas que incidem, principalmente, nos pequenos municípios brasileiros, especialmente aqueles com menor renda per capita, o que reflete na falta de equipamentos culturais, a exemplo da maioria dos municípios maranhenses. Livro, livraria e bibliotecas passaram a ser considerados objetos de luxo pelo atual governo. O cerceamento à livre produção cultural e a tentativa constante de taxação dos livros denota seu viés elitista e a falta de preocupação e sensibilidade com a democratização da informação (Ferreira; Martins, 2022, p. 548).

### 1.3 O currículo nacional e a marginalização da literatura

Não longe disso, e estreitando a discussão com ênfase na educação, temos os documentos oficiais, sendo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o mais importante. O documento, de caráter normativo e aprovado entre 2017 e 2018, define os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os estudantes brasileiros devem desenvolver ao longo da educação básica e tem sua implementação como obrigatória em todas as escolas públicas e privadas do país.

A base é alinhada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) que organiza e regulamenta o sistema educacional, desde a educação infantil até o ensino médio. Ela também é alinhada ao Plano Nacional de Educação (PNE, Lei nº 14.934/2024) composto de 20 metas para um prazo de dez anos. No entanto, atualmente, o plano passou por uma prorrogação, e o prazo que iria de 2014 a 2024 estará em vigor até 31/12/2025 (Lei nº 14.405/2022).

Sobre a própria BNCC e a leitura literária, podemos dizer sem preâmbulos que ela se posiciona de forma bastante tímida e por isso criticável por diversos motivos. No artigo citado anteriormente, intitulado “*O controle da fruição literária na escola*”, da professora adjunta do Departamento de Letras na Universidade Federal de Ouro Preto Dra Ivanete Bernardino Soares, publicado em 2023 na Revista Brasileira de Educação, aborda o documento (a BNCC) com o objetivo de verificar a persistência de uma “pedagogia da admiração passiva” em torno da literatura; e revela algo extremamente preocupante quando afirma que “neste documento, a literatura perdeu qualquer possibilidade de autonomia como objeto de conhecimento, situando-se, de modo diluído, no campo ‘artístico-literário’” (Soares, 2023, p. 7).

Esse tratamento da literatura contribui para inviabilizar que uma abordagem formadora de leitores apareça veemente nos currículos escolares por todo o país. Sendo, na realidade, o fato, por si só, uma demonstração do quanto alarmante pode ser o quadro de números de leitores no futuro do Brasil, uma vez que a base, como óbvio, fundamenta a educação nacional. Soares ainda ressalta que:

Se observa uma consideração instrumental da literatura, como se as práticas controladas de leitura previstas nos currículos fossem suficientes para fazer irromper o interesse pela literatura, independentemente das vivências particulares. A estruturação da prática discursiva de leitura literária como “reconhecimento”,

“fruição” e “respeito” (5<sup>a</sup> competência geral), “envolvimento”, “valorização” e “reconhecimento” (9<sup>a</sup> competência específica) inscreve o leitor em formação, compulsoriamente, em uma disposição positiva diante da literatura a partir, exclusivamente, de seu contato com o objeto cultural. De acordo com essa lógica, basta que o aluno seja apresentado ao texto literário para que seja seduzido por ele, reconhecendo seu valor, envolvendo-se emocionalmente e instaurando o hábito de leitura como consequência da participação em práticas artístico-culturais (Soares, 2023, p. 13).

Situação que nos possibilita perceber que há um engessamento da leitura literária como algo quase à parte dos interesses da educação básica, pelo menos nas perspectivas dos responsáveis pela produção e aprovação dessa versão vigente da BNCC. Sendo essa perspectiva um ato contrário à defesa da diversidade de estudos acerca da formação de leitores em que é recorrente o argumento de que para melhores resultados a leitura literária deve ser trabalhada desde a infância. Diante disso, a autora faz frente à defesa de que:

O argumento de que o gosto pela literatura não é uma “essência” natural de certos indivíduos, mas depende de uma combinação de elementos externos como, por exemplo, sua vinculação a uma classe social, sua experiência com outros artefatos culturais, sua aderência às investidas do marketing editorial ou de influenciadores digitais ou analógicos, seu acesso a livros, a gestão de seu tempo diário e a possibilidade do ócio necessário à leitura de fruição, entre outras condições materiais que a prática reclama (Soares, 2023, p. 3).

Essas palavras vêm ao encontro da amplitude da concepção de locais, meios e agentes em que se constrói todo o processo de formação de leitor e mediação de leitura tratada por nós. Ainda em posição atenta ao contexto de esvaziamento dos valores sociais da educação promovida pelo documento. Soares traz de maneira esclarecedora que:

No caso específico da BNCC, a proeminência dada às metas de aprendizagem — a partir de um claro desfoque dos processos de ensino e, com ele, seus agentes (Carneiro, 2019) — concebidas como faculdades universais e imunes às culturas locais, reflete as condições de produção do documento, pautado por premissas engendradas com órgãos internacionais, instituições financeiras, fundações e instâncias filantrópicas economicamente privilegiadas, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) e, no Brasil, o Instituto Ayrton Senna e a Fundação Lemann, por exemplo, que “[...] encontram nos modelos educacionais um eixo para estruturar toda uma forma econômica.” (Carneiro, 2019, p. 43). Aliás, a simbiose de interesses que modelam o campo da educação justifica ainda a participação no arranjo do documento de entidades muito dispares, como instituições bancárias (Itaú, Bradesco, Unibanco) e de telefonia (Vivo), construtora (Instituto MRV), empresas aéreas (Gol), de mineração (Vale), de cosméticos (Instituto Natura), de produção de aço (Gerdau), entre outros conglomerados empresariais que têm também interesse direto nas reformas e políticas educacionais. Essa interferência privada nas deliberações de políticas educacionais garante que a lógica do mercado e as concepções empresariais se infiltram pela malha estatal e pela formação de um cidadão ajustado aos seus princípios. Não é por outra razão que o texto da BNCC é saturado por um léxico que ressoa esses interesses ao defender a formação de um sujeito “resiliente”, “produtivo”, “responsável”, “proativo”, “empreendedor”, “competente” e “habilidoso”. Um sujeito capaz de assumir, sozinho, a responsabilidade pela sua condição e em estado de prontidão para se satisfazer com uma vida em que o auge da realização corresponde ao consumo vertiginoso de bens (Soares, 2023, p. 9).

Assunto o qual irrompe no trato elitizado da leitura literária a todo momento; bem como ao uso das instituições básicas de ensino como ferramenta na formação de “indivíduos limitados à força operária” constante, a qual a leitura fluida e habitual pode parecer não bem-vinda e até contrária ao que se espera. Sendo esses os principais entraves ideológicos que impossibilitam o Brasil de vir a ser uma nação leitora, já que remam contra o trabalho de formação e mediação que cabe à escola, a instituição que se encontra cadeada sob a base, ou melhor dizendo, em derivação da BNCC, que é normativa.

#### **1.4 A leitura literária como direito e instrumento de emancipação**

No recente estudo intitulado *Booktubers, Instagramers ou Produtores de Conteúdo Literário na Internet? Impactos em Leitores Contemporâneos*, escrito por Ana Carolina Rosario Perricone em 2024, como dissertação de mestrado acadêmico, também desenvolvida na Universidade Federal de Ouro Preto, a autora versa sobre um acontecimento que vale nossa reflexão neste momento, quando expõe:

Sabemos que não é de hoje que os livros são vistos como objetos ideais para a burguesia, mas também um perigo às outras classes em razão do potencial incentivador de pensamento crítico e emancipatório. Tal pensamento discriminatório está tão enraizado em nossa sociedade que, no ano de 2020, em meio às discussões da reforma tributária, o ex-ministro da Economia, Paulo Guedes, sugeriu que a venda de livro fosse taxada porque “é um -produto de elite- e que o governo distribuiria livros gratuitamente para a população pobre”. A fala de Guedes foi muito mal-recebida e diversos profissionais do universo dos livros— editores, livreiros, escritores, etc. Além de leitores e professores manifestaram suas críticas ao pensamento do ex- ministro que, além de discriminatório, carrega um pensamento unconstitutional. Na época, entidades representativas do livro no Brasil— como a Câmara Brasileira do Livro (CBL) e a Associação Brasileira de Difusão do Livro (ADBL), entre outras— uniram-se na elaboração de um manifesto em defesa do livro e elencaram ponderações consideradas urgentes. Segue trecho do manifesto, que, na ocasião, fora amplamente divulgado na internet e ainda pode ser conferido integralmente em páginas eletrônicas, como a do Sindicato Nacional dos Editores de Livros: “O Brasil foi o último país a acabar com a escravidão e um dos últimos a permitir a impressão e a circulação de livros e da imprensa, duas marcas negativas na nossa História que até hoje não conseguimos superar. Poucos se dão conta que o mercado nacional de livros tem menos de 200 anos. [...] Ainda não se descobriu nada mais barato, ágil e eficiente do que a palavra impressa— em papel ou telas digitais— para se divulgar as ideias, para se contar a história da humanidade, para multiplicar as vozes da diversidade, para denunciar as injustiças, para se prever as mudanças futuras e para ser o complemento ideal da liberdade de expressão. (Perricone, 2024, p. 41)

Por tudo isso, reafirmamos que o caminho já foi mais promissor do que aquele em que nos encontramos. Ainda assim, um acontecimento mais recente reacende as esperanças. Em 05 de setembro de 2024 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a abertura da 27<sup>a</sup> Bienal Internacional do Livro de São Paulo, assinou um novo decreto (nº 12.166/2024) que regulamenta a PNLE. Assim estabelecendo o fortalecimento de ações integradas entre os Ministérios da Cultura e o Ministério da Educação, visando promover o acesso à leitura em todo o país.

Entre essas ações está a construção de um novo PNLL prevista para o período de 2025 a 2034. Durante o evento, o presidente anunciou também um novo projeto de bibliotecas comunitárias nos conjuntos habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida, com um acervo inicial de 500 livros. Ao tratar das 6 mil bibliotecas públicas e comunitárias espalhadas pelo Brasil, o anúncio afirma que elas receberão um acervo inicial proveniente do programa de 800 exemplares. O momento foi transmitido em *live* pelos canais oficiais do Governo Federal e disponibilizado no canal do *YouTube* (Brasil, 2024).

Ainda sobre as responsabilidades do Estado em relação às práticas de leitura na educação básica, temos o estudo de Andréia de Oliveira Alencar Iguma, publicado em 2019, denominado: *De quais jovens fala a literatura juvenil brasileira premiada pela FNLIJ de 2000 a 2017?*, no qual a autora oferece uma investigação sobre a relação entre a literatura juvenil brasileira e o ambiente escolar. Nele, temos a chance de obter parte da compreensão da relação intrínseca entre esses dois elementos. Andréia também parte do agente - poder público - ao abordar a legislação vigente, e em especial a Lei 12.244/2010, que também nos é importante já que ela gesta grande parte dos programas mencionados acima e se configura como um marco na relação com a escola, ao tratar sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Promulgada durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que vigora, estabelecendo a obrigatoriedade de bibliotecas em todas as instituições de ensino do Brasil. A lei visa criar ambientes propícios à leitura, estudo e pesquisa, reconhecendo as bibliotecas escolares como fundamentais para o desenvolvimento acadêmico e cultural dos estudantes. A medida é importantíssima quando o assunto é a queda dos números de leitores atuais, uma vez que, segundo a 5<sup>a</sup> edição da *Retratos da Leitura no Brasil* quase, 50% dos estudantes do ensino básico dependem dessas bibliotecas para acessar os livros (Xavier; Tavares; Pereira, 2021, p. 16).

O estudo de Iguma discute as ações em sala de aula que ainda pautam o papel da literatura juvenil como ferramenta educacional, e questiona o “utilitarismo” ao refletir que os textos literários foram percebidos ao longo do tempo pela sua utilidade, e que por isso há um condicionamento do preceito que expressa a utilização da literatura como uma ferramenta educacional complementar, por parte das escolas. De acordo com a pesquisadora, essa abordagem acaba por usar a literatura de maneira maçante em metodologias pedagógicas que objetiva ensinar outros aspectos dos estudos da língua e pouco considera as especificidades da leitura literária em si. Nesta lógica, a crítica é ao movimento em que fazem da literatura acessório ou ferramenta atrelada aos estudos gramaticais da língua portuguesa, deixando em segundo, e até em nenhum plano, a observação do texto enquanto literatura.

Sendo que a literatura tem em sua natureza a preocupação estética e, sobretudo, faz uso da construção de narrativas para promover a reflexão, que requer certa compreensão, apreciação à riqueza e da complexidade das obras que devem ser encaradas sob esses aspectos, ou seja, enquanto forma de arte. No estudo, a autora destaca esta necessidade de separar a função pedagógica da literatura de sua essência artística, permitindo que ela cumpra sua missão de instigar o imaginário e a criatividade dos estudantes. Caso contrário, o professor pode acabar por promover um constante esvaziamento do propósito do texto literário enquanto matéria artística, o que pressupõe ser alvo de uma apreciação estética que requer um envolvimento ao ponto de que haja reflexão por parte do observador/leitor.

Magda Soares, em sua obra *A escolarização da literatura infantil e juvenil*, também argumenta sobre essa importância de abordar a literatura de maneira adequada na escola, evitando deturpações e falsificações, o que formaria, assim, leitores de fato. Especialmente quando ela destaca que a literatura, quando apropriada pela escola, pode contribuir efetivamente para práticas sociais de leitura, mas sua abordagem inadequada pode gerar também resistência ou aversão à leitura. Também para Magda Soares, a literatura enfrenta o desafio de não ser plenamente reconhecida em sua função artística original (Soares, 2011).

Já nas análises da 5<sup>a</sup> edição da *Retratos da Leitura no Brasil* a conversa acerca da forma como se trabalha a literatura nas escolas se estreita ainda mais, já que para a analista da pesquisa Rita Jover-Faleiros, a leitura literária, em sua concepção, não encontra assimilação à ideia de formação, enquadramento de saber e ganho de conhecimento, tão somente, mesmo em aulas de literatura, mas na verdade, se consiste em outros pilares de cunho que vão para além desses saberes. Como observado no trecho:

Entendemos ser necessário distinguir o processo de formação de um leitor literário do ensino formal da literatura como disciplina escolar. Esta última opera uma objetificação do texto literário, transformando-o em algo passível de ser ensinado e aprendido, enquanto a formação do leitor literário é entendida por nós como um processo não obrigatoriamente formalizável em sua aquisição e seu desenvolvimento e que integra as práticas sociais de leitura da ordem do vivido e experienciado não somente em sua transitividade disciplinar – leio para aprender algo –, mas na abrangência que pode implicar seus papéis no tecido social de diferentes formas, em diferentes meios, por diferentes razões. (Jover-Faleiros, 2021, p. 69)

Cientes de tudo isso, a constatação é de que ainda temos mais perguntas que respostas. Dentro deste raciocínio, voltamos a questões antigas, pois percebe-se que declarar ter lido um livro (ou parte dele) nos últimos três meses não necessariamente significar fruição, clareza, apreço e hábito de consumir textos literários bem como deve-se considerar a diferença entre ler para fins didáticos e para outros fins.

Por um lado, entendemos que nos convém observar o número de livros lidos inteiros nas escolas por essas leituras serem facilmente assumidas como uma interação mais ligada ao desejo de desvendar os finais dos enredos e conhecer ainda mais sobre o que se lê, entre outros motivos. Por outro lado, Paulo Freire ressalta que “muito de nossa insistência, enquanto professoras e professores, em que os estudantes leiam, num semestre, um sem-número de capítulos de livros, reside na compreensão errônea, que às vezes temos do ato de ler” (Freire, 1989), demonstrando que toda a discussão é profunda e requer pesquisas específicas em cada um dos seus desdobramentos.

Dito isso, e fazendo por consequência a seguinte análise com certas reservas ideológicas, temos que a 6<sup>a</sup> edição, publicada em 2024 da pesquisa, *Retratos da Leitura no Brasil*, apurou, com uma base nas respostas de 1.304 estudantes — não necessariamente da educação básica — que esses teriam lido 1,5 livro de literatura inteiros, excluindo livros técnicos, científicos e profissionalizantes (entre outros) (Failla, 2021, p. 188). Mesmo que seja pontual e se compreenda que se trata de uma média, ainda é de fato um número muito pequeno. Com isso, vale abordar o posicionamento de Rita Jover-Faleiros, que trouxe em sua análise uma observação perspicaz acerca do leitor que se forma nas escolas, ela diz:

À luz dos dados trazidos pela pesquisa, é possível afirmar que a escola forma, sim, de maneira geral, leitores; mas que talvez a escola não forme leitores literários – nem em número, nem em qualidade – na medida que gostariam ou esperariam os diferentes atores políticos responsáveis pelos processos formativos no âmbito da escolarização e a sociedade civil como um todo (Jover-Faleiros, 2021, p. 69).

Contudo, percebe-se que o caso se torna realmente cíclico quando nos conduz novamente aos caminhos já calcados aqui: o caminho que se propõe a averiguar o trato da literatura nos currículos escolares e em sala de aula — que, por sua vez, são resultados de contextos políticos também já explorados.

## **CAPÍTULO II**

### **FATORES EXTERNOS QUE INFLUENCIAM OS ÍNDICES DA LEITURA LITERÁRIA NO BRASIL**

## **2.1 A formação de leitores e sua natureza de comunhão**

Entre tantas maneiras de se pensar os gargalos que fazem a leitura no país sucumbir, destacam-se as análises da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, que apontam uma lista de fatores que passa tanto pelos aspectos abrangentes da formação do professor leitor quanto a ausência de bibliotecas escolares, mesmo com a lei em vigor (Failla, 2021).

No estudo, é apontada com veemência a importância de investir na formação “dos mediadores” sendo desde o professor (principal mediador de leitura) ao bibliotecário (que também assume esse papel) (Failla, 2021, p. 93). A fim de referenciá-los, reportaremos as palavras do glossário elaborado pelo Centro de Estudos em Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE) da UFMG que define que os mediadores de leitura como: “aqueelas pessoas que estendem pontes entre os livros e os leitores, ou seja, que criam as condições para fazer com que seja possível que um livro e um leitor se encontrem” (Reyes, 2016).

Com a atenção nos fundamentos para a formação de leitores, o primeiro foco é a capacitação do professor, por isso, faz-se necessário desvendar os caminhos que passam esses profissionais, em sua formação e atuação. Tanto porque são eles os meios de emprego da abordagem educacional de mediação a ser aplicada, quanto à possibilidade de esses profissionais terem essa formação. Já que a capacitação acerca do ensino da língua portuguesa e até do ensino da própria literatura, como já dito, pode ser desprendida do foco em formar leitores e da mediação da leitura literária em casos de aulas mais voltadas ao ensino de conteúdos específicos. Deixando evidente que nem todo professor de língua portuguesa e/ou de literatura desempenham esse papel ou estão capacitados para isso.

Assim, a fim de esclarecer o ponto chave deste trabalho de mediador e agente na formação de leitores, usaremos as palavras de Ricardo Azevedo no estudo: Formação de leitores e razões para a Literatura, onde ele expressa que “para formar um leitor é imprescindível que entre a pessoa que lê e o texto se estabeleça uma espécie de comunhão baseada no prazer, na identificação, no interesse e na liberdade de interpretação.” Além de destacar que é necessário que haja o esforço político acerca da possibilidade do desempenho desses trabalhos, como, por exemplo, sendo possível a capacitação profissional para tal. E que este trabalho se justifique e se legitime por meio da comunhão estabelecida com os estudiosos da área, entre outras formas de apoio para mudar esse quadro de queda contínua no número de leitores.

## **2.2 Desafios do acesso à literatura e limitações das pesquisas sobre leitura**

Os entraves seguem visíveis, como, por exemplo o Indicador do Alfabetismo Funcional (INAF), que em 2018 apontou que cerca de 38% dos brasileiros apresentaram alguma limitação para a leitura (Todos pela educação, 2018), um percentual superior aos 29%

considerados analfabetos funcionais (Jeduca, 2024). Em 2024, o índice de analfabetismo funcional se manteve em 29% (Unicef, 2024), com um aumento preocupante entre jovens de 15 a 29 anos, passando de 14% em 2018 para 16% em 2024 (Jeduca, 2024). Esses números refletem o desempenho do Brasil em avaliações internacionais, como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), uma vez que, em 2022, o Brasil ficou abaixo da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a (OCDE), em leitura, com cerca de 50% dos estudantes brasileiros não alcançando o nível básico (Inep, 2023).

De forma que é contundente a série de dificuldades de leitura citadas pelos entrevistados na *Retratos da Leitura no Brasil* de 2020, quando 4% disseram não saber ler, 19% disseram que leem muito devagar; 13% afirmaram não ter concentração suficiente para ler; e 9% expressaram não compreender a maior parte do que lê (Instituto pró-livro, 2020). Na decorrência das falas de Zoara Failla (Agência Brasil, 2020), ainda somos relembrados de mais um problema antigo: “O Brasil está vivendo uma crise na economia, vemos dificuldade para o acesso, para a compra de livros. As pessoas estão frequentando menos bibliotecas” e, segundo a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (Instituto Pró-Livro, 2024), 5% dos leitores e até 1% dos não leitores apontam não ter lido mais porque os livros são caros, e, de maneira similar, 7% dos leitores e 2% dos não leitores alegaram que não leram (nos últimos três meses) porque não há bibliotecas próximas a eles (Instituto Pró-Livro 2024, p. 54–55).

Essas questões ficam ainda mais entrelaçadas quando recordamos que o número de leitores cresceu entre as edições de 2011 e 2015, com um aumento em torno de 5% no percentual de leitores (Failla, 2024, p. 61), e que esse aumento observado entre as edições de 2011 e 2015 da pesquisa, coincide com o período em que a economia brasileira apresentava estabilidade e crescimento moderado, especialmente até 2013, antes da crise se agravar a partir de 2015 (Ipea, 2018).

O sentido disso é pertinente mesmo com poucos leitores na classe A (Failla, 2024, p. 71), tanto que o documento que publica os dados da 6ª edição, mesmo sem uma análise aprofundada, já afirma que “Os resultados de 2024 reforçam uma tendência percebida desde 2007: quanto maior a escolaridade e a renda, maior é o hábito de leitura de livros, assim como também é maior entre aqueles que ainda são estudantes” (Instituto Pró-Livro, 2024, p. 33). Conseguiremos entender as raízes históricas se levarmos em conta o que trata Ana Carolina Rosario Perricone no estudo anteriormente mencionado, quando induz à reflexão que:

... no passado... Uma vez que os textos literários eram produzidos sob encomenda, por pessoas especializadas e apresentavam um alto custo. Ponderando esses contextos diferentes, compreendemos que, por mais que se fale que conhecimento é algo disponível a todos, nunca bastou só a vontade de se manter informado. De alguma forma, sempre foi preciso ter poder aquisitivo para ter acesso à informação (Perricone, 2024, p. 28).

O problema se torna ainda maior se pensarmos quais leituras e leitores estamos considerando nos cálculos, uma vez que a pesquisa *Retratos da Leitura do Brasil*, mesmo sendo a mais importante sobre o tema no país, só em algumas perguntas específica a natureza literária da leitura dos respondentes. Na maioria delas, trata apenas de “leitura” de modo amplo e geral. Essa percepção aparece logo quando observamos que a pesquisa dispõe suas definições de “leitores de livros de literatura”, na publicação de 2024, em tópicos como:

- Leitores de livros de literatura: é aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro de literatura (como contos, crônicas, romances ou poesias) por vontade própria, nos últimos 3 meses.
- Leitores de literatura apenas em outros meios ou formatos: é aquele que leu literatura (contos, crônicas, romances ou poesias) nos últimos 3 meses apenas por meios que não sejam livros - redes sociais, aplicativos de mensagens, blogs, sites, revistas, jornais ou outros materiais impressos que não sejam livros.
- Leitores de literatura independente do meio: é aquele que leu literatura nos últimos 3 meses, independente do meio – livros ou meios que não sejam livros. (Instituto Pró Livro, edição 6)

Enquadramento que, mesmo parecendo abrangente, demonstra limitações, por exemplo, quando enfatiza livros físicos e digitais, onde “livros” remetem a um formato específico de publicação, que podem ser entendidos somente como obras publicadas por editoras (ou seja, com ISBN). Além disso, as descrições de gêneros são limitadas, o que facilmente exclui gêneros como quadrinhos, roteiros em geral, peças de teatro e cordéis, por exemplo. O fato é que, justamente quando a pesquisa opta por não mencionar outros gêneros, formatos e suportes, há um apagamento dessas práticas de leitura correntes em sociedade. Mesmo que entendamos a justa maneira ser inviável pontuar todos os tipos e gêneros (de textos literários), a pesquisa não exprime nem um esforço ou grande tentativa em contraponto.

Além disso, nota-se certa dificuldade em capturar a diversidade da leitura em meios digitais, quando aborda de forma genérica os termos: “redes sociais” e “blogs”, de forma que plataformas como *Wattpad*, *Spirit*, *Tumblr* e a nacional “Recanto das Letras” ficariam necessariamente de fora por seus mecanismos de postagem e por suas naturezas não serem facilmente encaixadas em nem um lugar, nem em outro; aparecendo, talvez, nas reticências não pontuadas no texto. Essa visão limitada resulta em um panorama incompleto dos hábitos de leitura no Brasil, demandando uma revisão da metodologia para abranger a complexidade das práticas de leitura na atualidade.

Por fim, é determinante, então, além da ampliação do acesso aos livros, que haja um comprometimento verdadeiro do Estado e uma melhor visão sobre a leitura literária nos documentos oficiais da educação em que a presença da literatura na escola possa transcender seu papel utilitário, almejando formar leitores críticos e apaixonados. Bem como, o

reconhecimento das mais diversas formas de literatura artística vivaz e garantindo ainda que o letramento em seu processo de completude não seja totalmente interrompido ao se formarem na educação básica, de maneira que possa o livro não seja excluído, mas que ele seja apontado justamente entre tantas outras coisas como uma forma de aquisição de conhecimentos de todos os tipos.

## **CAPÍTULO III**

### **DADOS DO CONSUMO DE LIVROS E BREVE APONTAMENTO SOBRE O PAPEL DA LEITURA PARA A JUVENTUDE BRASILEIRA**

### **3.1 A juventude como público leitor e alvo do mercado editorial brasileiro**

Colaborando com os apontamentos da *Retratos Da Leitura No Brasil* acerca da leitura na juventude brasileira, a pesquisa *Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro* do SNEL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros), de 2019, destaca a importância do setor juvenil para o mercado editorial brasileiro, considerando-o como fundamental. Mesmo no ano da pesquisa (2019), em que caminhávamos para este percentual de apenas 47% de leitores, o mercado brasileiro já se configurava como o maior mercado editorial da América Latina. Mantendo um faturamento de R\$ 5,1 bilhões no ano. Nessa pesquisa, o segmento juvenil foi destacado como um dos mais promissores, representando cerca de 20% das vendas brasileiras (Sindicato nacional dos editores de livros, 2019).

O trecho de Ana Carolina Perricone abaixo também fornece informações detalhadas sobre os índices atuais do mercado:

Uma pesquisa esclarecedora ao setor varejista realizada pela Nielsen BookScan – Painel do Varejo de Livros no Brasil – apontou que, durante o período de janeiro a julho de 2024, houve uma queda no faturamento e volume de vendas de livros em comparação com o mesmo período do ano anterior. Em 2023, o volume foi de 30,16 milhões e 1,38 bilhão em faturamento. Este ano, as vendas, durante o mesmo período, diminuíram para 28,21% e o faturamento foi para 1,45 bilhão. Outro ponto mencionado foi o preço médio de um livro no Brasil que, no ano de 2023, atingiu R\$52,74, variando em 12,38% sobre o preço do ano anterior, R\$46,93. Os dados de pesquisas sobre o mercado editorial fornecido pela Nielsen BookScan são diversos e realizados por meio do monitoramento de informações de vendas de livros realizadas pelo varejo; isto é, por uma das pontes entre o consumidor e as obras. (Perricone, 2024, p. 32)

Essas questões servem de base para a discussão que iremos tratar sobre a forma como a leitura é abordada pelas instituições que vivem da venda de livros de que maneira elas alcançam o público, sobretudo o juvenil. Para tanto, é fundamental reconhecer que a juventude e a leitura são elementos cruciais para o desenvolvimento de qualquer nação. Por isso, é importante que o Brasil conte com um setor livreiro maduro, com seus jovens interessados em leitura literária, e essa seja entendida como parte constituinte da cultura e legítima fonte de conhecimento, criticidade, e importante ferramenta social. Sobre a literatura nesse contexto, o crítico literário e sociólogo Antonio Cândido aponta: “Sabemos que a instrução dos países civilizados sempre se baseou nas letras. Daí o elo entre formação do homem, humanismo, letras humanas e o estudo da língua e da literatura.” (Cândido, 1972, p. 5) Para Antonio Cândido, a literatura por ser tão persistente na existência humana, como um fruto da necessidade da fabulação corriqueira, constitui um direito universal e em si contém um poder humanizador que possibilita aos sujeitos um desenvolvimento do senso de empatia e equidade, entre outros aspectos. Nas palavras dele:

As produções literárias, de todos os tipos e todos os níveis, satisfazem necessidades básicas do ser humano, sobretudo através dessa incorporação, que enriquece a nossa percepção e a nossa visão do mundo. O que ilustrei [...] ocorre em todo o campo da literatura e explica por que ela é uma necessidade universal imperiosa, e por que a fruir é um direito das pessoas de qualquer sociedade [...] em todos esses casos ocorre humanização e enriquecimento, da personalidade e do grupo, por meio de conhecimento oriundo da expressão submetida a uma ordem redentora da confusão. Entendo aqui por humanização (já que tenho falado tanto nela) o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (Cândido, 2011, p. 182)

Diante dessa assimilação sobre a literatura e de sua participação na vivência humana, sobretudo na concepção do sujeito e de sua sociedade proposta por Cândido, convém ainda perceber como ela se manifesta na juventude e qual é sua importância para os jovens e para o futuro do país.

Michèle Petit, antropóloga e pesquisadora do *Laboratório de Dinâmicas Sociais e Recomposição dos Espaços do Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), na França, estuda há anos a relação entre jovens e a leitura, pesquisa refletida em uma de suas publicações mais conhecidas: *Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva* (2008)) —, na qual a autora aborda as diversas dimensões do ato de ler. De acordo com Petit, pode-se afirmar que a leitura literária fortalece o exercício da cidadania no contexto contemporâneo, uma vez que, quando efetivamente alcançada, a formação de um leitor se revela fator essencial no processo de expansão de conhecimento associado ao exercício pleno da cidadania. Petit afirma estar:

...convencida de que a leitura, em particular a leitura de livros, pode ajudar os jovens a serem mais autônomos e não apenas objetos de discursos repressivos ou paternalistas. E que ela pode representar uma espécie de atalho que leva de uma intimidade um tanto rebelde à cidadania. (Petit, 2008, p. 19)

Indo além, em suas análises, a autora defende que a leitura possui certa superioridade em relação a outros meios, frequentemente apontados como mais atrativos aos jovens. Essa superioridade decorre de aspectos que garantem a comunhão entre autor e leitor, característica intrínseca ao ato de ler, já que é possível encontrar na leitura uma autonomia da fabulação por parte do leitor. E também por ser fonte ativa de ganho de conhecimento acerca do mundo e do eu, como pode-se notar no trecho:

... dedicada à pluralidade do que está em jogo na leitura, insistindo sobre o seu papel na construção de si mesmo, que é muito significativa no período da adolescência e juventude. Para os jovens, como constatarão, o livro desbanca o audiovisual na medida em que permite sonhar, elaborar um mundo próprio, dar forma à experiência. É um aspecto sobre o qual muitos insistem, principalmente nos meios socialmente desfavorecidos onde, frequentemente, se deseja que os jovens

fiquem restritos às leituras mais "úteis". Ora, para os rapazes e moças que encontrei, a leitura representava tanto um atalho para elaborar sua subjetividade quanto um meio de chegar ao conhecimento. E não acredito que isto seja uma especificidade francesa. (Petit, 2008, p. 20)

Em concordância, vale mencionar a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), que frequentemente destaca a correlação entre altos índices de leitura e melhores indicadores de desenvolvimento humano (IDH) calculados e divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Segundo a organização, “A melhoria na *literacia* e na educação é essencial para o aumento do IDH, uma vez que indivíduos mais educados tendem a ter melhores condições de vida, como saúde e rendimento.” (UNESCO, 2021) Esse entendimento fundamenta-se na ideia de que o acesso à leitura e à educação é indispensável para o desenvolvimento social, econômico e cultural de uma nação. No caso do Brasil, o IDH registrado em 2021, foi de 0,754, valor que mantém o país na categoria de alto desenvolvimento humano. Entretanto, além de posicioná-lo abaixo de países desenvolvidos, representa uma leve queda em relação ao índice de 2019 (0,759), possivelmente influenciada pelos impactos da pandemia de COVID-19. (PNUD, 2021).

Ainda podemos compreender de forma mais teórica e filosófica como a literatura serve ao exercício da cidadania e à formação dos sujeitos — tema pertinente à juventude — conforme expõe Antoine Compagnon, em sua obra intitulada *Literatura, para quê?* na qual o autor discute precisamente essa questão:

A literatura deve, portanto, ser lida e estudada porque oferece um meio; alguns dirão até mesmo o único de preservar e transmitir a experiência dos outros, aqueles que estão distantes de nós no espaço e no tempo, ou que diferem de nós por suas condições de vida. Ela nos torna sensíveis ao fato de que os outros são muito diversos e que seus valores se distanciam dos nossos. [...] Sobre essa premissa revigorada, a fórmula humanista, doravante fora de todo conflito com a religião e a ciência, pode ser repensada, a de Montaigne ou Bacon, assegurando que o homem culto vive melhor, que a literatura contribui para a boa vida. Samuel Johnson havia perfeitamente resumido: "O único fim da literatura é tornar os leitores capazes de melhor gozar a vida, ou de melhor suportá-la." (Compagnon, 2009, p. 48)

Desse modo, consideramos a literatura um meio legitimado como mecanismo de formação de um conhecimento próprio e de conhecimentos das esferas das construções sociais em sua multiplicidade, por meio da experiência composta pela fabulação e ainda estabelecendo condições de aflorar pensamentos críticos acerca de tantas coisas, inclusive sobre o exercício da cidadania e até sobre a importância dessas instâncias (literatura e cidadania). Diante disso, é esperado que a literatura seja parte do interesse dos que iniciam a vida, ou seja, da juventude. De maneira que, assim, conseguimos entender que o manejo social e o exercício da cidadania são, além de tudo, possíveis causas de a juventude manter certo interesse de aproximação com a literatura. Possibilitando dizer que essas duas instâncias

(a juventude e a literatura) não estão separadas e muito perderiam se realmente estivessem, embora saibamos que, por inúmeros motivos, sobretudo por entraves sociais, muitos jovens encontram-se em condições de forçado distanciamento das práticas de leitura.

Dentro desta compreensão, torna-se necessário frisar que por toda a relevância que, a leitura literária carrega, os agentes responsáveis pela formação de leitores, pela mediação da leitura ou até pela mera possibilidade de se ler precisam mobilizar recursos efetivos para a formação e consolidação de leitores no Brasil. Como listados aqui de forma recorrente, esses agentes são: o poder público, como exemplo em afunilamento prático desde a educação básica; ao estado, também a sociedade civil, particularmente a família; e nesse momento em foco as instituições privadas (editoras, livrarias, distribuidoras de livros, *marketplaces*), que há algum tempo têm protagonizado o cenário de vendas de livros, entre outros possíveis.

À medida que entendemos que os seus trabalhos garantem a manutenção das esferas sociais que perpassam nossa sociedade atual e criam rastros ou ecos no futuro, nos damos conta da missão importante desses agentes. E no caso das instituições privadas, mesmo sabendo que, por vezes, elas acabam operando de maneira semiconsciente em seus atos, outras tantas vezes operam estrategicamente, visando meramente ganhos comerciais, interesses específicos e, não raramente, momentâneos desses grupos. No entanto, os resultados são compartilhados por toda a população e por todo o mercado, reverberando ainda no futuro, embora nem sempre das mesmas maneiras.

Para Ana Carolina Perricone: “Livros são oriundos do trabalho de diversos profissionais, entre eles autores, editores, ilustradores, tradutores etc., que os produzem em troca de dinheiro, intencionalmente para que consumidores leitores comprem; portanto, são objetos de consumo como qualquer mercadoria e estão sujeitos a atos consumistas.” (Perricone, 2024, p. 32) Tratando do consumo, a pesquisa da Câmara Brasileira do livro “*Panorama do consumo de Livros*” publicada em janeiro de 2025, que tem como objetivo traçar o perfil e os hábitos de compra dos consumidores de livros, bem como ser uma ferramenta para auxiliar a tomada de decisão de editoras, livrarias e demais agentes da cadeia produtiva do livro, evidenciou aspectos interessantes na nossa discussão. Veremos que, quando consideramos que a pesquisa “*Retratos da Leitura no Brasil*” (2024) aponta que 18% dos jovens de 14 a 17 anos e 16% dos adolescentes de 11 a 13 anos leem livros de literatura por vontade própria todos os dias ou quase todos os dias, enquanto 24% e 25%, respectivamente, leem pelo menos uma vez por semana (Instituto Pró-Livro, 2024, p. 44). Enquanto, a edição anterior da pesquisa identificou que adolescentes entre 11 e 17 anos estão entre os grupos que mais declararam gostar de ler, com 67% afirmado que a leitura é uma atividade prazerosa (Instituto pró-livro, 2019, p. 45) No entanto, no estudo da CBL, esses não

aparecem como maiores compradores, registrando que apenas 16% da população, — estando estes já acima de 18 anos, de fato, comprou livros nos últimos 12 meses. (CBL, 2025, p. 3) Mesmo com o entendimento de que precisamos considerar que, antes de 18 anos, poucos estão no mercado de trabalho e têm autonomia para a compra de livros. Ainda assim, o dado sugere que ser um leitor e comprar livros podem não ser hábitos intrínsecos, pois o grupo que apresenta maiores números de leitores para a pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* não se posiciona como o grupo de maiores compradores no panorama de consumo. Para Ana Perricone é definitivo: “comprar livros e ler livros são coisas muito diferentes.” (Perricone, 2024, p. 109) Por isso, é indispensável tratarmos das diferenças entre o mercado editorial, focado em vendas, e o cenário da leitura, focado no ato de ler. Segundo ela:

A leitura é um tipo de informação indiferente ao varejo; logo, não faz parte do monitoramento realizado pela Nielsen. Em outros termos, pesquisas como essa, que buscam levantar dados sobre o faturamento do mercado editorial, são primordiais para a compreensão do cenário do livro, mas insuficientes para analisar o cenário da leitura. O mercado editorial tem como objetivo vender e o consumidor comprar. Em outras palavras, descobrir se livros estão sendo comprados não é o mesmo que saber se estão sendo lidos.... Aqueles que vivem da venda de livros não necessariamente têm interesse sobre o que acontece com o livro após a venda; isto é, quem vende livros não precisa saber se eles foram lidos ou se apenas foram amontoados em uma estante junto a tantos outros. Cabe pontuar que, desconhecer ou desconsiderar que os livros são objetos de consumo, tal como qualquer outro objeto, alça o objeto livro à categoria de objeto fetiche e coloca seu consumidor na condição de alienação. (Perricone, 2024, p. 33)

De maneira que a proposta de enquadrar a iniciativa privada, especificamente as ligadas ao livro, como um pilar da leitura no país, se justifica pelo seu trabalho e lugar social mas se torna algo minucioso ao ‘calcularmos’ as distâncias dos interesses, pois, se compreendemos que a venda de livros e a leitura são coisas distintas, temos o desafio de realocar esse agente na discussão que lhe pertence, uma vez que trata dos seus trabalhos, como dito, conscientes ou não da sua importância e impacto quando o assunto é, sumariamente, a leitura no país.

### **3.2 O mercado editorial e sua distância da mediação da leitura e formação de leitores**

Por tudo isso, vamos refletir que o mercado editorial é, sim ,um ponto chave por seu lugar, pois detém um espaço enquanto agente possibilitador da leitura. Neste caso, o uso do termo “possibilitador” se faz pela necessidade de pontuar um trato restrito aos esforços de serem viabilizadoras do acesso ao livro, mas que suas práticas não incluem necessariamente a participação na formação de leitores nem no que, neste campo, chamamos de mediação da leitura. É crucial, então, perceber que os estudos sobre o que constitui "mediação da leitura" e

"formação de leitores" são desenvolvidos principalmente por especialistas em educação, bibliotecários, pesquisadores da área de leitura e profissionais das diversas áreas da comunicação. As editoras de livros literários, por sua vez, podem aplicar esses princípios e estratégias em suas práticas, mas a definição, as diretrizes desses princípios e a teorização do que são esses atos vêm desses outros campos.

Portanto, é necessário entendermos o que é considerado mediação e formação de leitores. Em seguida, devemos analisar *como* e *se* as editoras de livros literários implementam, ou ao menos se aproximam, dessas práticas em seus trabalhos, uma vez que elas dependem de um andamento satisfatório desses processos para sua existência. Neste caso, recapitulando o conceito de mediação já expresso, trouxemos que os mediadores da leitura são “aquelas pessoas que estendem pontes entre os livros e os leitores, ou seja, que criam as condições para fazer com que seja possível que um livro e um leitor se encontrem” (Reyes, 2016).

Naturalmente, excluiríamos as editoras deste lugar, pois o caráter organizacional se distingue do pessoal que é posto. Isso a não ser por criações de programas que se aliem a organizações de prestação de serviços deste cunho, ou que estabeleçam estruturas que cooperem com a mediação; seja a níveis que mantenham e/ou contribuam com a execução desses trabalhos e/ou até por alguma participação relevante na formação de profissionais (pessoas) que os desempenhem. Pois, mesmo que algum plano de distribuição e divulgação seja operado pelas editoras, esses feitos não devem ser aceitos como esforços para a mediação literária, mesmo contribuindo para a criação de pontes entre leitor e livro, já que o trabalho de mediação literária requer aproximação entre os indivíduos (mediador e leitor em potencial) e se dá, sumariamente, sob forte construção afetiva, que desprenda vínculo emocional, com o reconhecimento e superação de questões relacionadas às vivências que distanciam das leituras literárias os leitores em potencial. Ou seja, habilidades estritamente humanas, e que se possibilitam mediante a construção de relações.

Pode-se observar que essa compreensão de mediação literária está em concordância com a antropóloga Michèle Petit, já abordada por nós. No estudo *Mediação de leitura literária em uso: conceito e prática*, de Laís Dias de Farias, publicado em 2022, na seção intitulada “*A perspectiva de Michèle Petit*”, onde a autora trata da mediação literária e debate sob a perspectiva das obras de Petit, Farias traz que:

Petit salienta que nas periferias estudadas muitos jovens leitores " [...] falaram da importância decisiva que teve para eles uma relação personalizada com algum mediador, mesmo que efêmera. [...]" (PETIT, 2009, p. 162). Isto é, onde a leitura literária não faz parte da cotidianidade é necessário que alguém a integre a uma rotina, a um espaço, a uma relação, para que ela ganhe um lugar e um sentido na vida dos leitores. Nesse sentido, o mediador é uma figura de grande importância na relação do leitor com a leitura, pois, além de apresentar a leitura, pode revelar e legitimar o desejo de ler (PETIT, 2009, p. 166). De acordo com essa perspectiva o mediador de leitura é uma figura que autoriza o desejo, que insiste em inclinar o outro à leitura e que oferece apoio quando o leitor sente desmotivação por cansaço de um tema ou por encontrar algo muito distinto do que está acostumado a ler (PETIT, 2009, p. 166-167). Petit diz que esse papel de iniciador de uma nova perspectiva sobre a leitura pode ser desempenhado por bibliotecários e pessoas próximas que amam os livros (PETIT, 2001, p. 25). Logo, o mediador é alguém que acredita no valor da leitura e procura propagar essa crença oferecendo apoio a outros leitores, independentemente de ser um profissional ou não. Segundo esse ponto de vista, não existe uma receita para popularizar a leitura, mas trata-se de uma questão de trabalho em longo prazo, de paciência, imaginação e dedicação de atenção às pessoas (PETIT, 2009, p. 183). A autora também salienta que os mediadores deveriam ser contra modelos que se assemelham ao modelo escolar, para dar oportunidade a encontros singulares (PETIT, 2009, p. 184). Isso porque se a leitura literária é apresentada sempre da mesma forma, como no caso da leitura escolar que tem seus objetivos definidos por outros, a experiência literária torna-se restrita e potencialmente desinteressante. Logo, é necessário criar vivências de leitura literária que ampliem o significado da prática e apresentem diferentes relações entre o leitor e o texto. (Farias, 2022, p. 99)

Sendo assim, não podemos assimilar as editoras como mediadoras da leitura em suas comuns atividades pós-produção, ressalvo, como citado anteriormente. Quando o assunto é formação de leitores, o quadro se apresenta ainda mais distante, pois a formação carece de um tipo de mediação, que, como vimos, as editoras não promovem. Embora haja forte associação, sobretudo de editoras com foco em obras infantis, com organizações de ensino que promovem alfabetização e letramento literário, a formação de leitores parte da construção de mecanismos que promovam uma relação contínua entre o indivíduo que lê e o universo de livros literários. Essa formação é constituída de uma mediação de leitura recorrente, de obra após obra, que por tão bem executada se torna dispensável ao que se refere a incumbência de despertar a vontade ou a necessidade da leitura literária. Justamente por ela ter se estabelecido na vida daquele indivíduo, antes foco da mediação, como uma espécie de hábito. Como pode-se notar no trecho da obra *A formação de leitores literários: o espaço como mediador*, de Renata Junqueira de Souza e Juliane Francischetti Martins Motoyama, que aborda a importância do ambiente no processo de formação do leitor literário, as autoras afirmam que: “para se formar um leitor literário é necessário uma série de elementos como: livros literários de qualidade, espaços adequados, mediadores de leitura, metodologias para que ocorra o ensino de estratégias de leitura e de compreensão textual” (Souza; Motoyama, 2020, p. 157).

Adiante, na tentativa de diferenciar atos de incentivo à leitura dos atos de incentivo à compra de livros tão somente, torna-se essencial refletir sobre o lugar das editoras que perpassa desde a função de produtoras/fabricantes de livros — que, por sua vez, precisam ser entendidos

como arte/produtos — até o papel de agentes que aspiram ao rendimento financeiro existente por meio da leitura literária.

Nos ocupando desta diferenciação, pensemos sobre a diferença entre uma editora ao incentivar a leitura de uma obra com foco na propaganda ou publicidade — promovendo a curiosidade e a satisfação do leitor — e o tipo de propaganda que veicula o objeto livro como produto que carrega um status e serve como indicador de um estilo de vida, geralmente privilegiado e bem quisto na sociedade. Nesse paralelo, na primeira situação a leitura é prestigiada e promovida. No segundo caso, o livro aparece como um símbolo de status social e dispõe seu uso decorativo como algo naturalizado, principiando a aceitação de certa alienação, mesmo em ambientes cheios de livros.

Esse assunto nos interessa à medida que no quadro atual em que somente a minoria dos brasileiros aparece como leitores, pode haver uma necessidade de deixarmos de ver as editoras —podendo ser estendida a livrarias e outros agentes— apenas como possibilidades da leitura literária. Elas também devem ser consideradas como iminentes mediadoras da leitura, ou pelo menos com maiores participações na mediação e formação de leitores. Esse ponto é posto, uma vez que já estabelecemos diferenças entre promover a leitura e de fato ser um mediador literário e também diferenciamos, incentivos à leitura de atos inerentes ao fomento do comércio de livros. É proposta essa reflexão visando compreender a real participação das editoras na mediação da leitura e formação de leitores, já que os índices de vendas por vezes podem parecer animadores ainda assim eles podem esconder uma realidade de profunda alienação onde a simples compra se é incentivada e o real consumo — a leitura— não é o objetivo central, vale ainda perceber que ao tratarmos das editoras por estas se encontrarem como agentes evidentes dentro do entendimento de iniciativa privada que pautamos aqui entendemos que sua função recorrente é a produção e a mera possibilidade da leitura literária. Essa função, embora de grande valia, não aparece como grande recurso para enfrentar o problema atual, a queda no número de leitores.

Vale evidenciarmos que, como já dito anteriormente neste Trabalho de Conclusão de Curso, o poder público é e deve ser lembrado como o primeiro agente responsável pelo retrato atual e também pela estabilização da queda e posterior crescimento do número de leitores no país. Todos os outros agentes, incluindo a iniciativa privada, são secundários na discussão, ainda que saibamos da importância dos elementos secundários no cenário de leitura no Brasil.

Antes, no entanto, devemos considerar também como o mercado (editorial) se dá em disparates. Enquanto há editoras gigantes que operam com recursos impensáveis às pequenas editoras, estas últimas ainda coexistem no mesmo mercado. A intenção neste momento não é tecer críticas às pequenas empresas do ramo que buscam se consolidar de forma a desincentivar, e sim pontuar que nesse contexto decadente em que chegamos a apenas 48% de

leitores no país, há acertos a reverberar e erros que devem ser evitados (Instituto Pró-Livro, 2024, p. 15), sendo esse entendimento movido pela ideia de responsabilidade social e adequação dos interesses empresariais que levam em consideração os interesses coletivos. Portanto, acreditamos que cabe principalmente às empresas que visam crescimento, e mais ainda pelas gigantes que certamente podem reverter seus lucros em ações de investimentos a longo prazo como os de estabelecer relações duradouras com a promoção da formação de leitores, e ainda os mais pontuais como atos de incentivo que ocorrem seja por meio de parcerias com instituições educacionais, seja por meio de propagandas, publicidades e *marketing*.

### **3.3 A publicidade literária e seu deslocamento das vias tradicionais de propagandas**

Sobre a publicidade literária, ao estabelecermos uma diferenciação entre venda e leitura, é possível esclarecer que podem existir publicidades com o foco em uma ou outra. Ainda, ao considerarmos que o mercado editorial não se pauta apenas por vias já consolidadas como TV, rádio, etc., podemos supor que aperfeiçoar a forma como se realiza a publicidade em torno do livro visando sua afetividade — a leitura — pode ser um caminho próspero. Essa deliberação se dá por acreditarmos que a publicidade literária não deve ser concebida de maneira restrita, centrada apenas na criação do desejo de compra. Mas que na verdade, quando o produto em foco é um livro literário, esta deve também ser elaborada de maneira consciente de que ela requer condicionar o comprador a um degrau acima, o de leitor. Projetando sua promoção a despertar o real consumo/uso do “produto” que se concretiza de forma mais precisa no ato de ler.

A publicidade apresenta-se aqui como a ferramenta mais óbvia a ser utilizada pelas editoras no enfrentamento inicial da problemática de queda no número de leitores, inicialmente por compor o conjunto de práticas desenvolvidas por muitas editoras que ao promoverem suas publicações se ocupam de trabalhar a construção da necessidade de certas obras; estas muitas vezes inexistentes no painel social até sua indução. Além disso, por considerarmos as editoras como o único agente capaz de exercer essa função, trabalhando, em cada obra específica, a indução ao consumo — compreendendo que consumir um livro corresponde ao ato de lê-lo —. E também a única que detém (ou tenha acesso a elas) as ferramentas para tanto.

Neste ponto podemos destacar a escassez de literatura que contemple os temas: publicidade literária; propaganda e *marketing* no mercado editorial; sendo necessário pesquisas futuras. Sobretudo, cumpre afirmar, por ora, que há uma carência primária na própria publicidade literária, bem como um engessamento que se opõe à diversidade de formatos — aspecto também observado, em certa medida, nos estudos de Alana Baeta Neves

(2017) ao afirmar:

Há pouca bibliografia voltada à publicidade literária e venda de eBooks no país. Diferentemente de outros produtos de varejo, o livro não tem um perfil de publicidade pré-estabelecido nos meios tradicionais. Não se vê publicidade de lançamentos de livros em TV, rádio, mídia externa, como para diversos outros produtos/serviços do mesmo perfil cultural, como cinema, teatro e música. (Neves, 2017, p. 39).

Talvez esses fatores contribuam para uma constante imagem de que as divulgações de livros se resumem em anúncios tradicionais ou postagens em redes sociais. Sem um trabalho mais profundo de engajamento com o público. Desse modo, a publicidade literária parece estar constantemente deslocada de outros atos de propaganda, o que reforça a percepção de que o trabalho de divulgação literária não é plenamente eficaz. Em 1991, Carlos Alcides Salles, com o objetivo principal de analisar a aplicação ou não de *Marketing* pelas editoras de São Paulo, publicou sua dissertação de mestrado intitulada *Marketing Editorial: um estudo junto às editoras de São Paulo*, na qual expõe que:

...Para nós é importante entender que Marketing é uma atividade empresarial planejada e organizada de forma a atender às necessidades de mercado de maneira mais eficiente, e desse modo, atingir seus objetivos organizacionais. Se entendemos Marketing como uma atividade organizada e planejada teremos necessariamente que pensar que pela sua própria natureza ele pressupõe um comportamento pró-ativo. O marketing tenta antecipar-se às necessidades de mercado. Para isso precisa possuir um sistema razoavelmente organizado de informações internas e externas para se adaptar ao meio em que atua." (Salles, 1991, p. 34-35).

No estudo de caráter exploratório, foram entrevistadas 11 editoras da cidade de São Paulo, o que levou o autor a concluir que:

Outro fato que merece grande destaque é que das onze editoras, oito não fazem nenhuma tentativa de ampliar o mercado através do esforço em buscar novos leitores. Isso sugere uma acomodação ou satisfação muito grande em relação ao mercado que atendem. Em outras palavras, parece claro que as editoras acreditam trabalhar com segmentos cativos, que por motivos diversos, acabam absorvendo sua produção e isso as satisfazem plenamente. Esta afirmação é possível justamente pela despreocupação em atingir novos consumidores. Das três editoras (restantes) somente uma, realmente, faz um esforço diferenciado que é a busca de leitores potenciais através da promoção de debates e conferências em seu espaço cultural, com o intuito de motivar os participantes a se interessarem pela leitura. Quanto às outras duas, suas ações são de certa forma incipientes e limitadas, pois acreditamos que o fato de uma editora trabalhar com uma linha infantil, não significa que ela está desenvolvendo algum esforço no sentido de formar leitores. E, para que pudéssemos considerar esta alternativa correta, seria necessário desenvolver atividades que motivassem as crianças a lerem e não somente publicar livros para este segmento. E, desenvolver "trabalhos" junto aos professores para que indiquem livros, mesmo de assuntos variados, também nos parece uma atividade modesta e limitada. A conduta dos editores, parece seguir um comportamento padronizado... Apenas uma editora, afirmou ter tido um procedimento diferente em relação aos lançamentos anteriores. Porém, não foi o que se poderia chamar de mudança de comportamento, foi muito mais uma ação intuitiva em relação a uma oportunidade de mercado (Salles, 1991, p. 56-57).

Diante da escassa literatura do tema, o estudo realizado há mais de três décadas atrás, permanece relevante. Evidentemente, ele deve ser analisado de acordo com o contexto de sua

época. No entanto, suas constatações de que o interesse pela formação e ampliação do público leitor era praticamente inexistente cooperam com a manutenção do entendimento de que essa carência quanto à promoção das obras literárias possivelmente não tenha sofrido grandes mudanças. Mesmo existindo pesquisas como as citadas ao longo deste trabalho, que certamente colaboraram para um trabalho de orientação das editoras, elas ainda servem para demonstrar que talvez o setor não alcance o potencial do seu público, que como vimos está diminuindo, permanecendo aquém das suas habilidades promover um crescimento no número de leitores.

Sabemos que as editoras desempenham um papel central na cadeia do livro, para além da própria produção do projeto gráfico e eventuais ajustes na obra, abrangendo desde a curadoria até a distribuição. Entretanto, a divulgação e o sucesso em promover o desejo pela leitura depende de diversos fatores, incluindo as estratégias de *marketing*, acesso ao público-alvo e engajamento com as comunidades leitoras. Atualmente percebe-se que muitas editoras investem em livros que têm potencial de apelo popular, como *best-sellers*, séries juvenis e obras adaptadas para o cinema ou TV; ainda que tenham se aproximado de *booktubers*, *bookstagrammers* e outros influenciadores digitais para promover livros.

As novas estratégias mostram-se particularmente eficazes junto ao público jovem, que consome muitos conteúdos nas redes sociais. Eventos como as feiras de livros, bienais e encontros com autores constituem iniciativas que aproximam os leitores dos livros e fomentam um senso de comunidade em torno da leitura. No entanto, muitas vezes se concentram em grandes centros urbanos, deixando de contemplar regiões periféricas e interiores, nas quais o acesso a livros e atividades culturais são restritos. Além disso, é frequente vermos que muitas editoras direcionam seus esforços de divulgação em públicos já engajados (como fãs de determinados gêneros ou autores), negligenciando potenciais novos leitores.

A publicação e circulação de obras que refletem a diversidade de experiências e interesses pode contribuir para atrair leitores que não se identificam com os livros mais tradicionais ou com a forma convencional de apresentá-las. É verdade que as editoras competem com uma infinidade de opções de entretenimento, como *streaming*, redes sociais e jogos, mas talvez o fato desses modos de consumos serem tão relevantes hoje, está justamente por não terem raízes tão fixas nas tradições, e conseguirem fidelizar seu público tanto por produzirem obras do interesse dele, quanto por saberem promovê-las a ponto de constante crescimento de alguns desses setores. Se as editoras conseguirem equilibrar a divulgação comercial com iniciativas que realmente engajem e inspirem os jovens, o impacto na formação de novos leitores pode ser significativo.

Por todas essas razões, entende-se que deve ser reconhecido todo o trabalho e resultados alcançados, pelo setor editorial, conforme observado anteriormente. Por exemplo, quando as editoras, de modo geral, conseguem conectar autores, suas obras e leitores, de maneira relevante por meio de ações de incentivo, — especialmente com a forte participação do autor, muitas vezes inserido nas dinâmicas sociais, inclusive nas redes —, nota-se a disposição desse autor em se relacionar com o grande público, algo que em outros momentos da nossa história era dispensável para o sucesso das obras.

Além disso, produtores de conteúdo digital, especificamente no nicho literário — que atualmente podem ser considerados a forma de publicidade mais consistente do setor, seja por maior recorrência ou alcance — mostram-se eficazes, mas ainda podem apresentar entraves, já que muitas editoras os exploram de forma equivocada ou inadequada. Por exemplo, ao exigir desses influenciadores digitais um trabalho que, mesmo tendo um fim objetivo, passa por várias etapas e requer múltiplas competências em um mesmo indivíduo, visto que a maioria desses profissionais — *booktubers*, *bookstagrammers*, entre outros — não conta com uma equipe estruturada, em razão de suas limitações financeiras. E mesmo diante da constatação da necessidade, não podemos definir que haja grande envolvimento das editoras nesse tipo de investimento junto aos divulgadores das obras. Sobre essas questões, Ana Carolina Perricone pondera que:

Não deixaremos de comentar também que chamamos de trabalho aquilo que é remunerado. Mas, segundo o texto publicado recentemente no site PublishNews, há muitos produtores de conteúdo literário que não são pagos para divulgar livros e recebem ofertas de editoras para receber exemplares em troca de divulgação; logo, há livrarias e editoras lucrando com trabalho gratuito. “É claro que em um país com 10 milhões de influenciadores e um mercado enxuto como o editorial, nem todo mundo possa contratar ou ser contratado, mas não reconhecer financeiramente o trabalho dessas pessoas que colocam livros em listas de mais vendidos e emprestam suas vozes e audiências para os produtos de terceiros é, no mínimo, desrespeitoso. É fato que qualquer pessoa com um celular e acesso à internet consegue produzir conteúdo virtual, mas quando colocamos na ponta do lápis alguns outros equipamentos utilizados pela maioria dos criadores, o investimento pode facilmente atingir quatro ou cinco dígitos.” Há uma desprofissionalização do trabalho com livros que vincula os profissionais do ramo automaticamente a trabalhos voluntários. (Perricone, 2024, p. 47)

Embora partilhemos da compreensão de que através da publicidade literária pode-se demonstrar que a leitura é uma atividade prazerosa, que transmite certo senso de cidadania e que a sua incorporação na vida da maioria (ou de todos) os brasileiros é relevante para o país.

Esse passo ainda se mostra desafiador, à medida que há grupos determinados a estabelecer um entendimento coletivo contrário, como já explicitado neste estudo, a exemplo no caso mencionado envolvendo o ex-ministro da Economia, Paulo Guedes. No entanto, o trabalho do setor e seus esforços podem contribuir para a criação de um ecossistema mais favorável à formação de leitores.

Para isso, devemos considerar ainda que a forma de consumo cultural na atualidade sofreu mudanças e agora motiva uma nova forma de entendermos como se dá às relações no consumo cultural e mais especificamente de como encarar a propagação dos livros literários.

### **3.4 As mudanças na forma que se consome cultura no Brasil e seu impacto na leitura literária**

Ao longo da história da literatura e da humanidade, observa-se a concomitância entre o livro como objeto e os diferentes veículos ou modalidades da poética, que se popularizaram ao longo do tempo resistindo entre trovadores, laios, peças teatrais, rádio, cinema, TV, entre outros. Atualmente, vê-se suas diretrizes sendo compartilhadas com outras modalidades, e em uma infinidade de formatos. É justamente por influenciar tantas outras formas de expressão que a literatura escrita ainda se mostra tão relevante.

Nessa perspectiva, ainda é possível afirmar que a literatura escrita se configura como o ápice do registro cultural, possivelmente por continuar a exercer importância equivalente àquela que detinha desde seus primórdios, antes da era digital, e por ser a origem de várias — senão todas — as demais vias de expressão. Afinal, antes de ser uma produção audiovisual, há um enredo; antes de ser uma faixa musical, há uma poesia; e assim por diante. Uma vez que a narrativa e a poética estão presentes em todas essas mídias (filmes, séries, jogos, músicas...), o que não diminui o valor (grau de apreço e importância) do livro, mas pode ser visto como reflexo do pluralismo cultural contemporâneo. Embora seja necessário que haja o reconhecimento da especificidade do livro ou da escrita poética como o ponto de origem, bem como, promoção da defesa de seu primado sobre outras formas de arte e muitas outras manifestações culturais, ainda convém destacar que as diferenças não são de caráter qualitativo, mas de modalidade.

A crescente competição com conteúdos digitais, como redes sociais e plataformas de *streaming*, realmente tem atraído a atenção das pessoas, sobretudo dos jovens, e isso merece ser abordado. Contudo, trata-se de uma concorrência muitas vezes considerada “desleal”. Michèle Petit, (2008, p. 20) como vimos, afirma que “para os jovens, como constatarão, o livro desbanca o audiovisual na medida em que permite sonhar, elaborar um mundo próprio, dar forma à experiência...”.

Apesar dessa competição, existem também aspectos positivos para o universo dos livros a serem considerados, sobretudo, na relação do livro com outros veículos de comunicação, como podemos observar no mesmo estudo de Alana Baeta Neves a tratar da evolução do livro para o digital em que a autora afirma:

No questionário aplicado, para a pergunta: Como você fica sabendo sobre livros novos para ler? 38,35% das respostas foram por meio da internet e 36,41% por

amigos e familiares. Conforme os dados da Forbes (2016) citado no capítulo 1, o Brasil é um dos países com mais usuários de redes sociais, mais de 50 minutos diários são gastos em redes, logo a maior parte da interação social ocorre, mediada por alguma plataforma online, o que faz com que, grande parte dos 36,41% que responderam se atualizar por meio amigos e familiares, estejam online. (Neves, 2017, p. 45)

Assim, observa-se uma correspondência entre o consumo de livros e consumo de veículos digitais de maneira constante. A constatação de que as pessoas usam a internet para chegar aos livros nos conduz a reflexão sobre a unanimidade, a permanência e resistência do parte do livro. A esse respeito Alana Baeta Neves faz um apontamento preciso:

Falar do processo de transição do livro físico para o meio digital não é como compor uma linha do tempo entre LP, fita k7, CD, DVD, Mp3 e assim por diante, porque quando citamos a linha do tempo das mídias de áudio, falamos de aperfeiçoamento técnico e, por conseguinte, substituição. No caso dos livros físicos e os livros digitais tal substituição não ocorreu como nos outros meios, a vinda do livro digital, não obsoletou o livro físico, são plataformas diferentes, que disponibilizam o mesmo produto, mas para perfis de clientes diferentes. [...] ou o livro permanecerá o suporte da leitura, ou existirá alguma coisa similar ao que o livro nunca deixou de ser, mesmo antes da invenção da tipografia. As variações em torno do objeto livro não modificaram a sua função, nem sua sintaxe, em mais de quinhentos anos. O livro é como a colher, o martelo, a roda ou a tesoura. Uma vez inventados, não podem ser aprimorados. Você não pode fazer uma colher melhor que uma colher [...] O livro venceu seus desafios e não vemos como, para o mesmo uso, poderíamos fazer algo melhor que o próprio livro. Talvez ele evolua em seus componentes talvez as páginas não sejam mais de papel. Mas ele permanecerá o que é.” (Neves, 2017, p. 34, Eco; Carrière, 2010, apud Rokoohl, 2012, p. 32).

Diante da solidez e da perenidade do livro, torna-se ainda mais urgente contrapor os efeitos potencialmente negativos do uso desmedido das plataformas digitais, defendendoativamente o espaço da leitura literária como um contraponto essencial. Há, de fato, problemas devastadores para a sociedade em geral relativos ao uso extremo das redes, como o vício, a relação contínua que se observa entre esse uso e as distrações desmedidas, as dificuldades de concentração e a procrastinação, entre outros. Que não são compatíveis aos comportamentos tradicionalmente tidos como aliados à leitura literária, o que nos leva a defender que o consumo de livros não deve se condicionar somente nessas vias. Ainda assim, compartilhamos das afirmações de Ana Carolina Perricone, que aponta que:

Ainda que tenhamos um longo caminho a percorrer, os movimentos de incentivadores de leitura literária na internet podem servir como exemplo de movimento cultural que se aproxima das demandas de democratização da leitura, a fim de minimizar o espaço existente entre os jovens e a leitura na contemporaneidade e, porventura, atuar como um aliado aos docentes na complexa missão de incentivar à leitura. (Perricone, 2024, p. 38)

Essa dinâmica positiva de engajamento com a leitura, impulsionada por iniciativas *onlines*, encontra um paralelo concreto no expressivo interesse demonstrado pelos jovens em eventos presenciais dedicados ao livro, como evidenciado pelo sucesso de público da Bienal

do Livro de 2022, em que a organização declarou ter recebido 660 mil visitantes, um número 10% maior do que a edição anterior (presencial), que aconteceu em 2018, sendo a maioria desse público composto justamente de adolescentes e jovens (Câmara brasileira do livro, 2022).

Fato que corrobora com a ideia de que há grande atenção de adolescentes à literatura, e que esses são o maior grupo leitor. Esse dado também nos permite aprofundar a discussão justamente pelo fato de que as editoras corresponderam a esse êxodo na Bienal, já que, em seus estandes, as ofertas eram em suma voltadas para esse público. Um estande assinalado como “Sucessos do *TikTok*” divulgava obras “*new adult*” ou “*juvenil*” evidenciando a influência ao se render ao impacto da plataforma de vídeos curtos que é amplamente popular entre os adolescentes. “O *TikTok* foi tão revolucionário para a gente que, se ninguém consegue me explicar em 30 ou 60 segundos sobre o que é um livro, eu nem compro mais os direitos.” Disse na época a Rafaella Machado, diretora-executiva da galeria Record, à Folha de São Paulo. (Folha de S.Paulo, 2022) De forma que, perceber-se que o meio digital, os influenciadores: *Booktubers* e *bookstagrammers* exercem um papel crucial e crescente na promoção da leitura entre os jovens. As parcerias entre editoras e esses criadores de conteúdo configuram-se, portanto, como estratégias eficazes para ampliar o alcance das campanhas de incentivo à leitura e podem contribuir significativamente para reverter, em ritmo animador, a queda no número de leitores.

No entanto, a presença da literatura no universo digital traz outras preocupações, como, por exemplo, o preparo da educação para essa migração. O formato digital tem ganhado espaço entre as gerações mais jovens, com o *Panorama do Consumo de Livros* afirmando que 30% dos consumidores de livros optam por ambos os formatos, físico e digital (CBL, 2025, p. 3). Além disso, a falta de livrarias físicas em muitas regiões do Brasil é um desafio apontado por ambos os estudos, o que pode justificar a adesão à leitura *online*. Quando analisando o *Retrato da leitura no Brasil* questiona-se “Em que medida o ambiente digital pode converter-se em um espaço privilegiado para explorar essas possibilidades? [de um letramento e numeramento consolidados]” (Failla, 2021 p. 63) A pesquisa demonstra uma preocupação que adorna a conversa sobre o letramento e o letramento digital, mas que persegue o acesso a obras literárias e o exercício da leitura, uma vez que nestas carências de bibliotecas e acesso a livros físicos e diante do fácil circular nas mídias digitais de livros, com um acervo vasto e a possibilidade de múltiplas experiências literárias no campo digital a migração se torna cabal.

### **3.5 A crescente abrangência no universo digital da literatura literária e as perspectivas da educação nesse processo**

Esses assuntos não se encontram desvinculados das antigas preocupações, que continuam a cercar a escola, uma vez que a pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* também instiga a idéia de, desde já, ampliar, “a aproximação de conteúdos escolares às práticas sociais de adolescentes e jovens, especialmente no contexto das múltiplas linguagens presentes no ambiente digital” que, para eles, “se apresenta não apenas como uma boa oportunidade, mas talvez como “a via mais promissora para o letramento da população brasileira.” (Failla, 2021, p. 63) Essa urgência em explorar o potencial do digital para o letramento, levantada pela pesquisa, inevitavelmente esbarra nas tradicionais estruturas da educação, que buscam adaptar-se a essa nova realidade. Contudo, a transposição de conceitos bem estabelecidos no ambiente físico para o digital revela desafios intrínsecos, especialmente no que tange à capacitação dos educadores e à própria natureza da experiência de leitura e aprendizado *on-line*. Essa dificuldade de adaptação no âmbito educacional, por sua vez, dialoga com uma transformação mais ampla no cenário literário, em que a autoridade e a mediação da leitura se deslocam para novos atores no espaço digital, como apontam as reflexões de Kirchof e Silveira. Ana Carolina Perricone que expõe que:

Para Kirchof e Silveira (2018), existe uma relevante alteração nos papéis exercidos por determinados sujeitos no que tange ao campo literário, como, por exemplo, a quem se destinava o ato de compartilhar opiniões sobre livros e leituras. No passado, essa atividade era comumente exercida por críticos literários, professores e bibliotecários. No entanto, atualmente, ela é feita também por leitores/produtores de conteúdo na internet. Nas palavras dos autores: No mundo digital, vários papéis delimitados e bem definidos na cultura do livro impresso acabaram por se (con)fundir, mesclar e/ou desaparecer. Se, antes, o escritor precisava do aval dos editores para lançar uma obra literária, agora é possível publicar diretamente qualquer tipo de texto em diferentes espaços, destacando-se os blogs pessoais, sites coletivos destinados à divulgação de autores, plataformas de autopublicação, os quais permitem editar o texto no formato de e-book e, em vários casos, inclusive, disponibilizá-lo diretamente para venda em livrarias virtuais. O leitor, por sua vez, quando lê no meio digital, também é capaz de realizar comentários, avaliações, críticas, sugestões de leitura, o que é possibilitado não apenas pelos blogs e sites literários, mas também pelas redes sociais e outras plataformas da internet (Kirchof; Silveira, 2018, p. 56). (Perricone, 2024, p. 46).

Essa reconfiguração do ecossistema literário, em que as vozes sobre os livros se multiplicam e se diversificam, impõe à instituição escolar o desafio de reconhecer e integrar essas novas dinâmicas, compreendendo as linguagens e os modos de funcionamento do universo digital a fim de educar efetivamente seus alunos para a leitura na contemporaneidade. Quanto a isso, a BNCC manifesta uma preocupação similar ao defender que:

É imprescindível que a escola compreenda e incorpore mais as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e também de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital. Ao aproveitar o potencial de comunicação do universo digital, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes. (Brasil, 2018, p. 61)

Em outro trecho o documento ainda expõe a natureza dessa abordagem:

Uma parte considerável das crianças e jovens que estão na escola hoje vai exercer profissões que ainda nem existem e se deparar com problemas de diferentes ordens e que podem requerer diferentes habilidades, um repertório de experiências e práticas e o domínio de ferramentas que a vivência dessa diversificação pode favorecer. O que pode parecer um gênero menor (no sentido de ser menos valorizado, relacionado a situações tidas como pouco sérias, que envolvem paródias, chistes, remixes ou condensações e narrativas paralelas), na verdade, pode favorecer o domínio de modos de significação nas diferentes linguagens, o que a análise ou produção de uma foto convencional, por exemplo, pode não propiciar. (Brasil, 2018, p. 69)

A preocupação com a inserção no mercado de trabalho e com uma preparação para o futuro fica evidente e, como questionado anteriormente, o tema segue a tendência de todo o documento e sendo abordado em concordância com as premissas de preparação de uma “mão de obra”, preocupação pertinente à área da educação. No entanto, a ênfase dada à formação da mão de obra na BNCC contrasta com a incoerência existente na capacitação do professor como mediador literário.

Por outro lado, o documento assertivamente delibera como ideal que:

A BNCC procura contemplar a cultura digital, diferentes linguagens e diferentes letramentos, desde aqueles basicamente lineares, com baixo nível de hipertextualidade, até aqueles que envolvem a hipermídia. Da mesma maneira, imbricada à questão dos multiletramentos, essa proposta considera, como uma de suas premissas, a diversidade cultural. Sem aderir a um raciocínio classificatório reducionista, que desconsidera as hibridizações, apropriações e mesclas, é importante contemplar o cônico, o marginal, o culto, o popular, a cultura de massa, a cultura das mídias, a cultura digital, as culturas infantis e juvenis, de forma a garantir uma ampliação de repertório e uma interação e trato com o diferente. (Brasil, 2018, p. 70)

Uma vez que estamos tratando das influências exercidas por esses agentes sobre os jovens, especialmente sobre o que eles leem, faz-se necessário reiterar nossa crença de que a literatura é, acima de tudo, uma ferramenta que influencia a forma como esses jovens desenvolvem o exercício da cidadania, por isso, cabe voltarmos as reflexões de Ivanete Soares que partilha:

Não se pode perder de vista que a literatura é uma instituição social e, portanto, um produto da cultura e de certas rotinas historicamente situadas. As práticas que vão se estabelecendo dentro do campo literário assim constituído geram, em cadeia, modos de agir e sentir regulados por instâncias internas a ele. Assim, escritores, leitores comuns, críticos literários, mediadores de leitura, professores, livreiros, editores, membros de academias de Letras e outras agremiações literárias, por exemplo, vão cristalizando, numa memória coletiva, estilos de comportamento que indicam certa tipicidade de condutas que, na ausência de uma lente crítica, pode parecer uma característica orgânica e inata às pessoas que a praticam.” Definitivamente, as ações

governamentais de promoção da leitura literária intervêm de modo bastante significativo na constituição das preferências literárias, seja a partir da oferta de determinadas obras em detrimento de outras, seja pela triagem temática (ideológica ou moral), seja pela determinação dos processos de gestão do acervo das bibliotecas públicas e escolares, seja ainda pela garantia — ou não — de acessibilidade do leitor final. (Soares, 2023, p. 3)

Nesse cenário de forças que moldam as preferências de leitura, destaca-se, com intensidade crescente, a influência de novos atores no ambiente digital, como demonstram estudos recentes sobre o impacto dos influenciadores digitais na indicação de livros e na definição dos objetos de leitura efetiva, especialmente entre o público jovem. Esses dados reforçam a necessidade de observarmos as formas de abordagem das obras por parte desse grupo, as quais se distinguem das abordagens escolares. Sobre isso, Ana Carolina Perricone relembra que:

Silva (2020), no trabalho intitulado Literatura e identidades nacionais em didáticas escolares e digitais do YouTube, traz informações relevantes sobre o contexto dos booktubers. Segundo o pesquisador, o conteúdo dos vídeos sobre livros canônicos, disponíveis em canais no YouTube, produzidos por “não professores, não trazem discussões diferentes das que são conduzidas por professores dentro do contexto da sala de aula; isto é, ambos tecem comentários com informações similares, sendo estas as vozes de críticos literários renomados, apresentação de contexto histórico e resumo da escola literária à qual pertencem. Ambos não apresentam suas visões/críticas pessoais acerca das obras canônicas; apenas as palavras de especialistas. Por outro lado, entretanto, o autor percebeu que isso é diferente quando os booktubers comentam livros contemporâneos; ou seja, ao falar sobre obras não canônicas, eles se sentem mais seguros para expor suas opiniões e, consequentemente, a interação do espectador é maior, o que gera os questionamentos acerca desse fenômeno online mencionados. (Perricone, 2024, p.45)

Essas constatações sobre a atuação dos *booktubers*, com suas nuances na abordagem de diferentes tipos de obras e seu impacto no engajamento dos leitores, evidenciam a necessidade de repensar a formação do professor para o contexto digital e para as novas dinâmicas de mediação da leitura bem como para compreender sua distinção em relação a outros agentes que abordam o mesmo tema. Contudo, essa adaptação, embora fundamental, não enfrenta diretamente o desafio premente da diminuição do número de leitores.

### **3.6 É preciso nos situarmos nessa discussão em justa medida para lidarmos com as novidades do universo digital**

De toda forma, o “despencar” no número de leitores não é uma realidade só no Brasil, uma vez que a pesquisa feita pela *National Literacy Trust* de 2020 que ouviu 18.000 crianças e jovens entre 8 e 17 anos de todas as partes da Grã-Bretanha apontou que 13% deles não haviam lido nenhum livro, percentual considerado, para os padrões britânicos, bastante alarmante.

Jonathan Douglas, o diretor da *National Literacy Trust*, afirmou em entrevista ao canal

BBC que o estudo adverte sobre possíveis problemas de letramento para serem enfrentados pelo sistema de ensino britânico, algo que, como vimos, apresenta semelhanças com o Brasil. “A nossa preocupação é que essas crianças possam vir a se tornar adultos que tenham a habilidade de leitura de uma criança de 11 anos”, afirmou Douglas, acrescentando que “dar a essas crianças a oportunidade de amar a literatura é fazer com que elas possam ter acesso a oportunidades e aspirações” (2020, apud BBC TV). No estudo, entre as modalidades mais comuns de leitura apontadas pelos participantes, a mensagem de texto foi a mais citada, seguida pelo *e-mail* e pelas redes sociais, como o *Facebook* e o *Twitter*. Esse fato evidencia outra similaridade com a queda no nosso panorama brasileiro, onde os dados do estudo *Retratos da Leitura no Brasil*, indicam que o aumento de não leitores pode estar associado ao aumento da variedade de formas de entretenimento, sobretudo, relacionados às tecnologias de comunicação, pois, os brasileiros ouvidos dizem realizar em seu tempo livre atividades que competem ao uso das plataformas digitais, o que acarreta maior contato com textos breves, em linguagens de menor teor de complexidade e em muitos casos, híbridos, utilizando de recursos audiovisuais (National Literacy Trust, 2020; BBC, 2020).

Vejamos que, de certo modo, é possível obter algum benefício com isso, uma vez que, para os especialistas, esses fatores contribuem para o avanço da leitura, permitindo que pessoas com letramento limitado superem dificuldades e se introduzam na leitura. Isso, porém, não significa que esses leitores possam interagir plenamente com conteúdos em suas diversas multimodalidades, mas sim acessar leituras de menor complexidade, que os inserem gradualmente no universo da leitura, visto que, anteriormente, as limitações excluíam leitores não proficientes ou com habilidade muito baixa na leitura de textos mais complexos.

Dessa maneira, podemos compreender que equilibrar a realidade do Brasil com os fenômenos sociais relacionados com o consumo de livros, comuns a todas as nações contemporâneas é uma emergência para o campo de pesquisa. Uma vez que não há sentido em formular planos e estratégias para superar a queda de leitores sem nos situarmos em justa medida, abrindo mão de jargões falaciosos e premissas fundamentadas no senso comum, que não consideram análises mais aprofundadas e apenas evidenciam o desconhecimento sobre o “retrato” de outros países com suas especificidades e reforçam as tendências de menosprezo ao contexto nacional.

No entanto, assuntos mais emergentes relacionados à nossa singularidade, como os problemas de leitura apresentados pelos brasileiros, e as dificuldades de capacitar os formadores de leitores por exemplo, além do enorme impacto do desmantelamento das políticas públicas voltadas ao livro e à leitura. Somente diante das questões particulares pode-se buscar meios de encarar as realidades comuns a todos os países, apenas após avanços na luta interna se obtém autoridade para participar das discussões globais, de maneira focada

e eficaz, como, por exemplo, abordar o reais impactos das mídias digitais, tema que vai muito além dos entraves relacionados a leitores iniciantes (situação inadequada ao porte do país) ainda presentes, incluindo aqueles observados dentro das nossas escolas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante da discussão proposta até aqui, não podemos nos furtar de reconhecer nosso papel como responsáveis em algumas instâncias, por exemplo, enquanto eleitores. A leitura deste texto e a tentativa de identificar a problemática despertam sentimentos conflitantes, especialmente ao confrontarmos a realidade de que, muitas vezes, nossas escolhas — sobretudo políticas — contribuem para a existência dos problemas sociais que enfrentamos e que as gerações futuras enfrentarão.

Por mais frustrante que possa ser esse estado, ele ainda pode ter valor, caso optemos por encarar essa reflexão, que percorre todos esses âmbitos de análise, como meio de promover uma tomada de consciência livre de exacerbações pragmáticas insolúveis, mas voltada a encaminhamentos que possibilitem ações efetivas, mesmo que em grau individual e de pequena escala.

De forma a reiterar, também atuamos em diversos contextos, com diferentes níveis de responsabilidade no que diz respeito aos resultados desse retrato. Desse modo, cientes de que pertencemos a alguns desses espaços — e, em muitos casos, a vários simultaneamente —, somos juntos não apenas responsáveis pelo retrato da leitura no Brasil, mas, além disso, figuras integrantes dele, uma vez que, na ausência de vínculo forte com algum agente direto, ainda nos situamos entre os 47% de leitores ou os 53% de não leitores retratados na 6<sup>a</sup> edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil.

Portanto, ressaltamos que esses índices, ao contrário do que se pode pensar inicialmente, não parecem indicar falha exclusiva de qualquer agente ou algo inerente à escola, como comumente alegado e já anteriormente esclarecido. Embora existam algumas carências e limitações, a escola se mantém como uma das principais mediadoras da leitura, demonstrando eficácia no trabalho com as faixas etárias mais jovens, e merece reconhecimento pelo papel desempenhado. Sendo a instituição mais bem-sucedida no processo de mediação da leitura mapeada pela pesquisa — que, embora varie em primeiro lugar enquanto mediadores citados na última edição da Retratos da Leitura, juntamente com as mães, continua sendo a primeira instituição cobrada a promover mudanças nos painéis de leitura —, podemos afirmar que grande parte do sucesso da mediação ocorre graças à escola. Esse mérito, contudo, é progressivamente reduzido à medida que caem os números de leitores, especialmente na faixa de 11 a 17 anos.

Neste ponto, podemos conceber que a mediação escolar realizada até então não é suficiente para garantir a continuidade da leitura ao longo da vida, e que fatores externos — como as influências das mudanças tecnológicas, sociais e culturais — podem comprometer a manutenção do hábito de leitura após o período escolar. Isso destaca a necessidade de ações de reforço que transcendam o ambiente escolar e fortaleçam a cultura da leitura na sociedade como um todo, sem rejeitar as novas tecnologias, que, embora frequentemente mal avaliadas, contribuem de maneira significativa para o universo da leitura literária em diversos aspectos, como apontamos.

Ainda defendemos que a suposição de que outros fatores — como o mercado editorial e a forma como se faz a publicidade literária — contribuem para a diminuição do número de leitores, ao supostamente falhar em promover a literatura de maneira eficaz e acessível, deve ser considerada entre as causas da queda de leitores. Posto isso, a curadoria literária e a efetiva construção do desejo de leitura, que deveriam facilitar o acesso a livros de qualidade e relevantes dentro do interesse de cada público específico, muitas vezes podem não estar sendo realizadas de forma satisfatória e adequada. Isso possibilita afirmar que o marketing literário pode impactar negativamente os possíveis leitores, influenciando (ou negligenciando) o acesso e a escolha de livros que poderiam manter esse público engajado, minando, assim, seu potencial.

Ao considerarmos que investigar essas questões é fundamental para compreender melhor as causas do declínio da leitura no Brasil, tais investigações são pertinentes, embora reconheçamos que não haja meios de afirmar que constituam uma causa definitiva, podendo ser consideradas apenas hipóteses. Também deve ser considerado, como fator contextual do cenário atual, a pandemia de COVID-19, cujos efeitos ainda não se refletem integralmente nas pesquisas, pois sabemos que ela impactou a leitura no Brasil ao aumentar as dificuldades de acesso a livros e de mediação durante o período de restrições. No que diz respeito à formação de leitores e à mediação literária, entendemos que essas são as principais áreas para investimento, devendo ser trabalhadas por todos os agentes mencionados neste Trabalho de Conclusão de Curso — poder público, sociedade civil e iniciativa privada —, uma vez que constituem a única via já existente, com seus aparatos contemplados pelo meio acadêmico e aplicáveis em escalas práticas, ainda que devam ser aperfeiçoados, capazes de enfrentar a queda no número de leitores de forma consistente e alcançar resultados transformadores.

Dessa maneira, deve-se discutir também a formação do professor, considerando como ele se prepara para atuar como mediador da leitura e formador de leitores, evitando aceitar entendimentos vagos que pressupõem que todo professor de língua portuguesa e literatura possui, automaticamente, capacitação adequada para essas funções. Observa-se, na prática, que muitos educadores de diversas disciplinas — não apenas da área de Letras — sequer são

leitores de livros literários.

Por fim, é necessário repensar as bases e diretrizes da educação básica no que tange à leitura e suas relações com o universo digital. Além disso, é imprescindível que o poder público promova ações que contemplem medidas práticas capazes de contribuir para o objetivo primordial: frear a queda no número de leitores.

Em meio a tudo isso, percebemos que as questões levantadas ao longo deste trabalho suscitam perguntas mais profundas. Por exemplo, ao observar que há mais leitores adolescentes do que adultos, torna-se interessante investigar: até que ponto o crescimento, o amadurecimento ou a aproximação da fase adulta nos distancia dos livros atualmente, e quais outras atividades passam a ocupar esse espaço? Segundo a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, a redução geral na leitura é atribuída a fatores já identificados, como a concorrência com outras formas de entretenimento (redes sociais, streaming, jogos). Contudo, isso não ocorre de forma isolada; outros fatores relevantes incluem a falta de acesso a livros de interesse do público, seja pelo preço ou pela escassez de livrarias e bibliotecas, entre outras circunstâncias. Isso torna pertinente refletirmos sobre como e por que se dá o consumo dessas outras mídias, para além de corrigir as falhas visíveis relacionadas ao acesso aos livros, considerando como eles são promovidos e distribuídos. Por consequência, entende-se que a preferência por outras mídias em detrimento da leitura está associada à dificuldade de obtenção do livro e a níveis insuficientes de letramento literário para estabelecer uma relação profunda e significativa com o texto.

Além disso, é necessário avaliar estratégias para aproximar o livro “certo” de seus potenciais leitores. Neste trabalho, sugeriu-se uma reformulação das relações entre editoras, mediação e formação de leitores, bem como um esforço diferenciado nas ações de publicidade e propaganda, que, além de despertar o desejo de compra, estabeleçam a necessidade de leitura desses livros pelo público brasileiro.

Ainda assim, a educação — que aparece no início deste tópico de forma clara e consistente com o tratamento dado ao longo do estudo — permanece como a área de maior carência. Conforme estabelecido no início da pesquisa, o ideal é a formação do que chamamos de leitor-fruidor, definido como “um sujeito que seja capaz de se implicar na leitura dos textos, de ‘desvendar’ suas múltiplas camadas de sentido, de responder às suas demandas e de firmar pactos de leitura” (Soares, 2023, p. 17). Afinal, de que adiantaria todos os ajustes se os brasileiros não forem capazes de realizar a leitura literária de forma fluida?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 04 fev. 2025.

BRASIL. Decreto nº 12.166, de 5 de setembro de 2024. Regulamenta a Lei nº 13.696, de 12 de julho de 2018, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 set. 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-12.166-de-5-de-setembro-de-2024-522408079>. Acesso em: 4 fev. 2025.

BRASIL. Governo Federal. *Lula participa da abertura da 27ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo*. [Transmissão de vídeo]. YouTube, 5 set. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NHuzrp0b8tY>. Acesso em: 4 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. *Diário Oficial da União*: seção 1, ed. extra, p. 1, 31 out. 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.753.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm). Acesso em: 04 fev. 2025.

BRASIL. *Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010*. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio 2010.

BRASIL. Lei nº 13.696, de 25 de julho de 2018. Estabelece metas decenais e mecanismos de financiamento para a promoção da leitura e escrita no Brasil, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jul. 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2018/L13696.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2018/L13696.htm). Acesso em: 5 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 14.405, de 9 de setembro de 2022. Altera a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE), e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 9 set. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 1996

BRASIL. Lei nº 14.934, de 29 de dezembro de 2024. Institui o Plano Nacional de Educação (PNE) e estabelece metas e estratégias para a educação brasileira. Diário Oficial da União, Brasília, 29 dez. 2024.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO. 26<sup>a</sup> Bienal Internacional do Livro de São Paulo recebe 660 mil visitantes, registra gasto médio 40% maior e se consagra como edição histórica. São Paulo: CBL, 12 jul. 2022. Disponível em: <https://cbl.org.br/es/2022/07/26a-bienal-internacional-do-livro-de-sao-paulo-recebe-660-mil-visitantes-registra-gasto-medio-40-maior-e-se-consagra-como-edicao-historica/.Acesso> em: 04 fev. 2025.

CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO; NIELSEN BOOKDATA. *Panorama do consumo de livros: um estudo sobre o perfil e hábitos dos consumidores de livros no Brasil*. São Paulo: Nielsen BookData, 2025. Disponível em: [https://cbltestlnx.azurewebsites.net/pesquisas\\_de\\_mercado\\_categoria/panorama-do-consumo-de-livros/](https://cbltestlnx.azurewebsites.net/pesquisas_de_mercado_categoria/panorama-do-consumo-de-livros/). Acesso em: 04 fev. 2025.

CÂNDIDO, Antônio. *A literatura e a formação do homem*. Revista para publicação em 8/8/1972. Universidade de São Paulo, 1972.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: \_\_\_\_\_. Vários escritos. 5. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 169-191.

COMPAGNON, Antoine. *Literatura para quê?* Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

FAILLA, Zoara (Org.). Retratos da Leitura no Brasil. 5. ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2021.

FARIAS, Lais Dias de. *Mediação de leitura literária em uso: conceito e prática*. 2022. 142 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Foz do Iguaçu, 2022.

FERREIRA, Maria Mary; MARTINS, Carlos Wellington. Políticas públicas de bibliotecas, leitura e escrita no Brasil: desmobilização e resistência em tempos sombrios. *Revista de Políticas Públicas*, v. 26, p. 546-563, ago./dez. 2022. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil.

FOLHA DE S.PAULO. TikTok revoluciona mercado editorial e editoras apostam em vídeos curtos para divulgar livros. São Paulo, 10 jul. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/07/tiktok-revoluciona-mercado-editorial-e-editoras-apostam-em-videos-curtos-para-divulgar-livros.shtml>. Acesso em: 04 fev. 2025.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1989.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A leitura no Brasil. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 88 p. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 47).

IGUMA, Andréia de Oliveira Alencar. *De quais jovens fala a literatura juvenil brasileira premiada pela FNLIJ de 2000 a 2017?* 2019.

INEP. *Resultados do Pisa 2022 revelam desafios na educação brasileira*. 2023. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/pisa/resultados-do-pisa-2022-revelam-desafios-na-educacao-brasileira>. Acesso em: 05 maio 2025.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Retratos da leitura no Brasil: pesquisa 2020*. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2020.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Retratos da Leitura no Brasil: pesquisa 6ª edição (2024)*. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2024.

JEDUCA. *Analfabetismo funcional: entenda os principais resultados do Inaf*. 2024. Disponível em: <https://jeduca.org.br/noticia/alfabetismo-funcional-entenda-os-principais-resultados-do-inaf>. Acesso em: 05 maio 2025.

NATIONAL LITERACY TRUST. Children and young people's reading in 2020 before and during the COVID-19 lockdown. London: National Literacy Trust, 2020. Disponível em: <https://literacytrust.org.uk/research-services/research-reports/children-and-young-peoples-reading-in-2020-before-and-during-the-covid-19-lockdown/>. Acesso em: 5 dezembro 2024.

NEVES, Alana Baeta Vasconcelos. *Confronto do produto físico com o meio digital: processo de decisão de compra no consumo de livros no ambiente digital*. 2017. 120 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia e Ciências Sociais) – Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017.

PEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Carta de Conjuntura nº 35 – Nota de Conjuntura: PIB do Brasil: análise de longo prazo*. Brasília, mar. 2018. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/180321\\_cc\\_35\\_nota\\_3\\_pib.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/180321_cc_35_nota_3_pib.pdf). Acesso em: 1 maio 2025

PERRICONE, Ana Carolina Rosario. *Booktubers, Instagramers ou Produtores de Conteúdo Literário na Internet? Impactos em Leitores Contemporâneos*. 2024. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2024.

PETIT, Michèle. *Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva*. Tradução de Tania Harter Schmitt. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REYES, Yolanda. Mediadores de leitura. In: CENTRO DE ALFABETIZAÇÃO, LEITURA E ESCRITA (CEALE). *Glossário Ceale: termos de alfabetização, leitura e escrita para educadores*. Belo Horizonte: UFMG, 2016. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/mediadores-de-leitura>. Acesso em: 5 maio 2025.

SALLES, Carlos Alcides. *Marketing editorial: um estudo junto às editoras de São Paulo*. 1991. 150 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 1991. Orientadora: Profª. Drª. Polia Lerner Hamburger. SNEL. Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro. Rio de Janeiro: SNEL, 2019. Disponível em: <http://www.snel.org.br/>. Acesso em: 04 fev. 2025.

SOARES, Ivanete Bernardino. O controle da fruição literária na escola. Revista Brasileira de Educação, Mariana, MG, 2023.

SOARES, Magda. *A escolarização da literatura infantil e juvenil*. In: Evangelista, Aracy Alves Martins; Brandão, Heliana Maria Brina; Machado, Maria Zélia Versiani (organizadoras). *Escolarização da leitura literária*. 2. ed., 3<sup>a</sup> reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SOUZA, Renata Junqueira de; MOTOYAMA, Juliane Francischetti Martins. A formação de leitores literários: o espaço como mediador. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, Sergipe, v. 13, n. 32, p. 157-169, 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/12300>. Acesso em: 04 fev. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. *Analfabetismo Funcional no Brasil – INAF 2018*. 2018. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=https://www.todospelaeducacao.org.br/noticias/analfabetismo-funcional-no-brasil-inaf-2018/>. Acesso em: 05 maio 2025.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Relatório de Monitoramento Global da Educação 2021: A educação para o desenvolvimento humano*. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: <https://en.unesco.org/gem-report/report/2021/education-human-development>. Acesso em: 2 mai. 2025.

UNICEF. *Analfabetismo funcional não apresenta melhora e alcança 29% dos brasileiros, mesmo patamar de 2018, aponta novo levantamento do Inaf*. 2024. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/analfabetismo-funcional-nao-apresenta-melhora-e-alanca-29-por-cento-dos-brasileiros-mesmo-patamar-de-2018-aponta-novo-levantamento-do-inaf>. Acesso em: 05 maio 2025.